

a revolução da mulher das pevides

isabel ricardo

Este livro não segue as normas do novo Acordo Ortográfico



SAÍDA DE EMERGÊNCIA
livros para fugir da rotina

Dedico este livro à minha irmã Cristina,
em quem me inspirei para criar a personagem
da Maria dos Anjos...
E também ao povo da Nazaré.

LOCAIS
~da~
NARRATIVA

Paris ●

Porto ●

Coimbra ●

Nazaré ●

Leiria ●

Alcobaça ●

Lisboa ●

Madrid ●



*..., e não faltará depois quem seguindo o mesmo
ou outro plano se sirva dos meus trabalhos...*

Nazareth, 19 de Março de 1841

JOSÉ D'ALMEIDA SALAZAR

PRÓLOGO

Europa, ano de 1807.

ENo antigo continente abatera-se um terrível furacão que estava a arrasar tudo à sua passagem: Napoleão Bonaparte. Este homem estava decidido a tornar-se Imperador do Mundo e para isso precisava de calcar, aos seus pés, todos os reinos que lhe fizessem frente.

Todos iam caindo diante dele, um a um, humilhados, esmagados sob as suas botas implacáveis e as do seu magnífico e feroz exército que não hesitava em cometer as maiores atrocidades para conseguir espezinhar os ideais e a independência desses reinos que eram obrigados a renderem-se perante tão grande ameaça, para evitar mais derramamento de sangue. França era a maior potência da época, só rivalizada por Inglaterra, que se revelava mais forte no mar.

Bonaparte envolvera-se numa guerra feroz contra Inglaterra¹, decidido a destruí-la a todo o custo. Forçava os outros reinos a declararem-lhe guerra e a aliar-se a ele. Os que recusavam cumprir as suas ordens eram considerados inimigos, sujeitando-se às mais ferozes retaliações e invasões sangrentas.

A França mantinha cerca de 620 000 homens de armas, número espantoso e bastante assustador para todas as nações da época.

Como tal, o velho continente estava praticamente aos seus pés... Obedecia-lhe temerosamente, receando a sua vingança e os seus exércitos impiedosos. Faltava-lhe apenas subjugar, na Península Ibérica, a ponta mais ocidental da Europa, Portugal...

¹ «Bloqueio Continental», cujo teor era proibir todos os países de terem qualquer relação política, diplomática ou económica com Inglaterra. Berlim, Novembro de 1806.

CAPÍTULO 1

França, Outubro de 1807.

No Palácio de Bayonne, num enorme salão luxuosamente decorado, perto da janela, encontrava-se um homem de 38 anos, de estatura baixa, cabelos e olhos escuros. Napoleão Bonaparte. Estava com uma expressão pensativa, mas ao mesmo tempo satisfeita.

O seu grandioso sonho de uma única nação na Europa, os Europeus, unida sob um mesmo ceptro, o seu, com o mesmo código de leis, o mesmo sistema judiciário, estava prestes a concretizar-se.

Por instantes o seu rosto ensombrou-se, irritado.

Para que o seu projecto de bloqueio resultasse na perfeição, necessitava despojar Inglaterra de qualquer contacto com o seu único e último aliado na Europa: Portugal, pequeno país à beira-mar, detentor do maior porto marítimo europeu. Era imperioso esmagar aquela «ocidental praia lusitana», como Luís de Camões lhe chamara.

Depois de tantos anos aliado de Inglaterra, este reino negara-se a obedecer às ordens imperiosas de França para declarar guerra ao seu mais velho aliado. Recusara-se a fechar os portos aos navios britânicos, a prender todos os cidadãos ingleses residentes no seu reino e a confiscar os seus bens.

Por isso, Napoleão dedicava um intenso ressentimento e ódio a Portugal, não só pela sua lealdade a Inglaterra, mas por possuir excelentes portos dos quais a esquadra inglesa usufruía abertamente e, sobretudo, porque uma esquadra portuguesa ajudara uma inglesa a derrotar a marinha francesa no Mediterrâneo.

O imperador observara a chegada de um grupo de militares em vários coches, encaminhando-se depois, muito solene, para a escadaria que se dirigia para o interior do palácio.

— *Très bien!* Não demoraram.

Napoleão Bonaparte desviou o olhar da rua e afastou-se da janela em passadas lentas, mas firmes, aproximando-se de uma enorme secretária.

Pouco depois ouvia-se bater à porta dupla e um soldado vestido com farda de gala entrou.

— Vossa Majestade, os generais chegaram!

Napoleão fez um sinal imperioso com a mão, numa ordem inequívoca de os fazer entrar. Segundos depois, o grupo de militares, muito circunspecto, entrou.

Fizeram-lhe uma vénia respeitosa, parecendo animados.

— Junot, as tropas estão prontas?

Um homem de 36 anos, um pouco mais alto do que ele, cabelos e olhos escuros, de figura elegante e expressão arrogante, fez um aceno afirmativo com a cabeça, nada surpreendido com a pergunta repentina.

— Tal como Vossa Majestade ordenou no dia 8 de Outubro. As tropas estão a postos para partir.

Os acordos secretos entre Espanha e França já vinham desde Julho, e em Agosto, em Bayonne, na fronteira franco-espanhola, já se concentravam as tropas para a invasão de Portugal, formando-se um poderoso e temível exército com o nome de «Corpo de Observação da Gironde», e isto apesar de os representantes diplomáticos de França e Espanha terem entregado a D. João, príncipe regente de Portugal, o seu derradeiro ultimato. Portugal, sob risco de se tornar seu inimigo, teria de se aliar a eles e cumprir o que estava estipulado no Bloqueio Continental. O ultimato deveria ser executado até ao dia 1 de Setembro, senão dar-se-ia a invasão pelas tropas franco-espanholas no território português.

Ainda antes mesmo de receber a resposta definitiva do príncipe regente de Portugal, a invasão já fora decidida há muito tempo. O seu comandante, o general Junot, em 5 de Setembro, já ultimava os derradeiros preparativos.

— Muito bem. Amanhã mesmo, 18, partirão.

Os olhos de Jean-Andoche Junot brilharam de entusiasmo e emoção.

O imperador fitou três dos homens que estavam diante de si, um a um, como se os avaliasse mentalmente.

— A primeira divisão do exército da Gironde terá o seu comando, Delaborde, com 9609 homens e 812 cavalos.

Henri-François Delaborde, um homem de 42 anos, alto, aspecto distinto e olhos brilhantes, bateu com os tacões das botas em sentido, ao mesmo tempo que fazia uma vénia.

— Agradeço a confiança, Vossa Majestade.

Napoleão fixou um homem de 36 anos, sem o braço esquerdo, cuja manga do casaco estava dobrada. Este tinha um aspecto sinistro e ameaçador. De cabelos escuros encaracolados e longas patilhas no rosto antipático de feições vincadas, nariz comprido e fino, os olhos pequenos e vivos de expressão cruel, reforçada pelos lábios muito finos que quase desapareciam numa linha. Uma personagem perigosa, talvez a pior daquele grupo de militares.

— Loison comandará a segunda divisão, consistindo esta em 4984 homens e 109 cavalos.

O general Henri-Louis Loison fez um leve aceno de cabeça, mantendo-se imperturbável.

— A terceira pertencerá a Travot, com 8389 homens e 620 cavalos.

Jean-Pierre Travot, de 40 anos de idade, pôs-se em sentido, muito sério, agradecendo. Possuía um rosto mais sereno, quase o oposto de Loison.

— O general Kellerman comandará a cavalaria, a engenharia pertencerá ao coronel Vincent e a artilharia ao general de brigada Traviel. Junot será o comandante-em-chefe do exército.

Três outros homens ainda não tinham falado, esperando ordens.

— E os espanhóis, Majestade? — inquiriu Junot, com a familiaridade da amizade de muitos anos com Bonaparte, quando era seu ajudante-de-campo, ainda ele não era o imperador temido e sim um oficial, de origens humildes. — Podemos contar com eles como prometeram, com homens e mantimentos?

Um sorriso astucioso surgiu no rosto de Napoleão Bonaparte.

— Claro. A Espanha caiu ingenuamente na minha armadilha, habilmente montada, vítima do rancor e ódio cegos que ainda vota a Portugal. Foi facilmente manobrada, brilhantemente aliciada para o meu lado. Foi só espicaçar-lhe a cobiça com um apetitoso isco. Aquele território que um dia lhe pertenceu e que jamais deixou de cobiçar.

Napoleão pegou num documento que se encontrava sobre a enorme secretária e mostrou-lhes, com um risinho malicioso.

— O «Tratado de Fontainebleau»² que brevemente será assinado...

Napoleão Bonaparte sabia bem tocar nas feridas e influenciar quem desejava. Fora só sugerir o plano implacável de retalhar Portugal em três partes, uma delas para França, outra para Castela e a restante para Manuel de Godoy, o primeiro-ministro do rei de Espanha, para conseguir aliciar o reino espanhol para o seu lado. Isso fora relativamente fácil. Espanha traía de novo o seu vizinho mais

² O Tratado de Fontainebleau, assinado por Michel Duroc e E. Izquierdo, em representação de França e Espanha, dividia Portugal em três fatias: Lusitânia Setentrional, região entre o rio Minho e o rio Douro, um principado que seria governado pela rainha do extinto reino da Etrúria, uma filha do rei de Espanha; Algarves, compreendendo Alentejo e Algarve, território a partir do sul do Tejo, futuramente governado por Manuel de Godoy, com o título de rei; Resto de Portugal, compreendendo as províncias da Estremadura, Beira e Trás-os-Montes, território importante estrategicamente devido aos seus portos, devia ser governado directamente pela França. As colónias portuguesas seriam divididas depois entre a França e a Espanha.

chegado, unido a ele por tantos laços históricos e familiares. Um *hermano* como por vezes lhe chamava, quando lhe era conveniente...

Já anos antes, quando tropas portuguesas³ se tinham juntado às espanholas, integradas na primeira aliança, chefiada pelos ingleses, para deter a revolucionária França, a Espanha, súbita e sub-repticiamente, fizera a paz⁴ com a inimiga França e atraíçoa Portugal e Inglaterra, esquecendo os motivos para se ter integrado na aliança, vendo somente a contrapartida oferecida pelos franceses. O reino de Portugal há muito cobiçado, não só pela excelente posição geográfica que ocupava, mas também pelo vasto e apetecível império ultramarino, perdendo-se na altura Olivença⁵ para a paz se fazer entre os dois reinos.

A Revolução Francesa espoletara um reino de verdadeiro terror⁶ no próprio país, numa onda massiva de mortes, acabando por decapitar, impiedosamente, os seus monarcas, Luís XVI⁷ e Maria Antonieta, contagiando de apreensão, horror e revolta os reinos vizinhos, cujas casas reais reinantes eram quase todas aparentadas com os Bourbons, originando então essa aliança.

— Tornou-se assim uma excelente aliada, mas só até servir os meus propósitos, pois nos meus planos não consta uma Espanha independente... — disse, sorrindo. Pela sua mente passou um pensamento que não expressou em voz alta. Seu irmão Luciano, embaixador em Espanha, ficaria bem como rei daquele país.

Os generais sorriram maliciosamente.

— E qual é o número de tropas espanholas, Majestade? — inquiriu Junot, curioso.

— Cerca de 25 000 homens também, divididos da seguinte forma. Aproximai-vos! — ordenou o imperador, colocando-se por detrás da secretária. Os outros homens dispuseram-se em redor, atentos.

Delaborde e Loison ajudaram o imperador a desenrolar um enorme mapa da Península Ibérica com as principais cidades, cordilheiras e rios assinalados.

— O regimento comandado pelo capitão-general da Estremadura espanhola, o tenente-general D. João Carrafa, juntar-se-á ao exército da Gironda em Alcântara espanhola. Aqui! — disse, colocando o dedo sobre um ponto no mapa.

³ Campanha do Rossilhão.

⁴ Tratado de Basileia, em 22 de Julho de 1795, assinado por Manuel de Godoy, vindo-lhe daí o título de *Príncipe da Paz*.

⁵ Curto conflito militar entre Portugal e Espanha, em 1801, conhecido jocosamente como «Guerra das Laranjas», onde se criou o problema de Olivença.

⁶ O período do «Terror» como é chamado, tendo sido guilhotinados de 35 000 a 40 000 franceses, incluindo o inventor da própria guilhotina, o médico Joseph-Ignace Guillotin.

⁷ No dia 21 de Janeiro de 1793, facto que uniu a Europa inteira contra a Revolução Francesa, levantando-se exércitos contra ela em todas as suas fronteiras.

— Oito batalhões de infantaria, quatro esquadrões de cavalaria, uma companhia de artilharia a cavalo e duas companhias de sapadores mineiros, num total de 8000 homens a pé, 3000 a cavalo e 30 peças de artilharia.

Junot acenou afirmativamente com a cabeça, satisfeito.

— Simultaneamente reunir-se-ão em Tui, com a missão de ocupar a Lusitânia Setentrional, oito batalhões de infantaria, cinco esquadrões de cavalaria e uma companhia de artilharia a cavalo, num total de 6000 homens, sob o comando do capitão-general da Galiza, o tenente-general D. Francisco Taranco — informou o imperador, colocando o indicador perto da fronteira luso-espanhola. Depois voltou a percorrer o mapa com o dedo, parando num ponto. — Em Badajoz irão concentrar-se igualmente as forças espanholas comandadas pelo capitão-general da Andaluzia, o tenente-general D. Francisco Solano, constituídas por cerca de 10 000 homens, distribuídos por 14 batalhões de infantaria, seis esquadrões de cavalaria e uma companhia de artilharia a pé que irão tomar o Alentejo e o Algarve.

Os militares trocaram olhares de satisfação e Bonaparte sorriu.

— Isto quanto à invasão de Portugal. Quanto a Espanha, o caso muda de figura, temos de ser mais subtis...

Os generais entreolharam-se, entusiasmados.

Napoleão poisou os olhos nos três militares a quem ainda não incumbira nenhuma missão. Os seus olhos revelaram um brilho estranho.

— Com a cobiça despertada, Carlos IV e o seu ambicioso *Príncipe da Paz* nem se aperceberão do que os espera... Espanha ficará à nossa mercê, com as tropas dispersas em terreno inimigo, deixando desprotegido o seu próprio território... O engodo resultará às mil maravilhas!

Os militares riram-se, satisfeitos.

— Excelente plano, Majestade! Digno da vossa sábia perspicácia e astúcia! — elogiou um homem de 42 anos, estatura média, magro, rosto arredondado, cabelo fino e fraco, sobrancelhas grossas, nariz grande e lábios finos.

Napoleão fitou-o, bem disposto.

— Ao senhor, general Dupont, caberá uma missão mais delicada... Pretendendo ir juntar-se a Junot, comandará o segundo Corpo de Observação da Gironda, com igual número de homens do primeiro, 25 000. Firmará quartel-general em Valladolid e pouco tempo depois passar-se-á para Salamanca, para desnorrear os nossos aliados — informou Napoleão, fazendo deslizar um dedo ao longo dos dois locais referidos. — A sua longa experiência já provada nos campos de batalha irá ser crucial.

Pierre-Antoine Dupont semicerrou os olhos, pensativo, mas pareceu

agradado com os elogios, fazendo um aceno afirmativo. Não era novidade para ninguém que era um dos generais preferidos do imperador.

Napoleão fitou o homem mais velho de todos os que lá se encontravam, de 53 anos, magro e seco, rosto muito sério e já um pouco careca.

— Pouco depois o marechal Moncey penetrará em Espanha, com um exército de 25 000 homens de infantaria, 2700 de cavalaria e 41 bocas de fogo que se dividirão pelas províncias de Biscaia, Alava e Guipúscoa, para assim garantirem não só o livre caminho entre Bayonne e Madrid, mas também a ocupação de praças e fortalezas junto das fronteiras cruciais para este projecto.

Bon Adrien Jeannot de Moncey fez um sorriso entendido.

— Mais tarde, sem dar muito nas vistas, o general Duchesne, que não pôde estar presente nesta reunião, com 11 000 homens de infantaria, 1700 de cavalaria e 18 peças de artilharia descerá de Perpignan e irá para a Catalunha. A pouco e pouco iremos enchendo as praças espanholas, quase vazias devido às suas tropas que se deslocarão para Portugal. Ficarão completamente à nossa mercê. É fundamental não despertar quaisquer suspeitas entre os espanhóis quanto ao nosso objectivo.

— Excelente, Majestade! Excelente! — elogiou um homem alto e espadaúdo, de 40 anos, cabelo negro farto e olhos da mesma cor.

Bonaparte sorriu com ar malicioso.

— Será o senhor, grão-duque de Berg, meu cunhado, o comandante-em-chefe das tropas de Espanha. Deverá ficar em Burgos e daí depois ocupar Pamplona, Barcelona e San Sebastian.

O marechal Joaquin Murat fitou-o, satisfeito. Os rostos dos outros homens expressavam bem a satisfação no astucioso plano.

Novo sorriso assomou aos lábios do imperador.

— Com a Espanha controlada, falta-me unicamente aniquilar Portugal.

Os militares fizeram um aceno de concordância.

O imperador fixou Junot, com um brilho especial no olhar.

— Junot, entrará em Portugal por aqui, pelo vale do Tejo, porque, pelas informações que chegaram às minhas mãos, por aí o trajecto será bem mais curto e menos ameaçador, pois não existirão fortalezas oferecendo resistência — comunicou Napoleão, fitando-o, enquanto percorria o mapa com o dedo, observado com muita atenção, principalmente pelos generais encarregados de invadirem Portugal. — Deve tentar chegar o mais rápido possível a Lisboa. O seu principal objectivo é capturar a família real portuguesa, sobretudo esse príncipe, custe o que custar! Quero vê-lo diante de mim a engolir a lealdade pelos ingleses e obrigá-lo a abdicar do seu reino. Será a vingança perfeita! Ele morre de medo de mim, apesar da sua desobediência. Nos primeiros tempos deve tentar manter tudo em

paz, Junot, pois nós vamos salvá-los da maligna influência dos ingleses e só deverão agradecer-nos por isso. Deixá-los-emos por uns tempos a adaptarem-se à nova situação e no início do próximo ano exterminaremos por completo a liberdade e a independência desse reino.

— Compreendo, Majestade! Farei tudo o que me pedis!

Por momentos Napoleão Bonaparte pareceu ficar ausente, com um sorriso maldoso a bailar-lhe nos lábios e uma expressão ameaçadora.

— Jurei a mim mesmo ver todas as cabeças coroadas da Europa vergadas diante de mim! Só me falta derrubar a desse homenzinho ridículo e insolente que parece apostado em me desafiar! Esse D. João!

Curiosamente, por humildade, nenhum rei português usava coroa na cabeça por considerar que só a Virgem possuía esse direito, acção essa iniciada por D. João IV⁸, em 25 de Março de 1646, quando declarara Nossa Senhora da Conceição padroeira e rainha de Portugal.

— Sim, Majestade, esse e o inglês...

Os olhos de Napoleão brilharam de raiva. Pegou num enorme jarrão que estava perto de si e lançou-o contra a parede, enraivecido. Depois voltou-se para eles com os olhos a brilharem intensamente.

— Sim, mas depois do português estará o caminho aberto para esse maldito! As feições do imperador de França de súbito endureceram, deveras irritado.

— A teimosia desse reino em não obedecer às minhas ordens e declarar guerra ao seu antigo aliado!... Impertinente, obstina-se em manter-se fiel à velha aliança feita há tantos séculos. Como se atrevem a enfrentar-me, recusando-se a obedecer-me, mesmo pendendo sobre eles a ameaça de uma devastadora invasão? Quem são eles para me fazerem frente?! — declarou, muito vermelho, de tal maneira que as veias da testa e do pescoço aumentaram perigosamente.

A ignorância da História e a arrogância por vezes levam à destruição... Napoleão teria muito a aprender com os erros do seu mais recente aliado, Espanha. Esta conhecia bem a teimosia daquele povo que vivia lado a lado, há tantos séculos, e que sempre fora tão cioso e arreigado à sua independência e identidade próprias. As suas tentativas para conquistar aquele filho rebelde e torná-lo numa simples província, a exemplo da Galiza ou da Andaluzia, sempre redundaram em absolutos fracassos, fazendo gorar o ambicionado projecto castelhano de um reino ibérico único.

⁸ Em Vila Viçosa, numa cerimónia solene, em agradecimento a Nossa Senhora pela Restauração da Independência de Portugal em relação a Espanha, em 1640. Por essa razão nos quadros onde retratam reis ou rainhas, a coroa está sempre pousada ao lado, em vez de sobre a cabeça.

Aquele país que se lhe afigurava impertinente e tão insignificante para a concretização dos seus planos, não obstante ser pequeno em território, era enorme em coração... Já antes demonstrara essa grandiosidade e o reino vizinho era disso testemunha.

— Como ousam desafiar-me?! A mim, o grande Napoleão, imperador dos franceses, rei de Itália e daqui a algum tempo também imperador da Europa e futuro imperador do Mundo? Eu que me coroei a mim próprio imperador de todos os franceses, por não achar que existisse alguém sobre a terra superior a mim para o fazer, nem mesmo o Papa⁹...?

Em 2 de Dezembro de 1804, na catedral de Notre-Dame, Napoleão I, desrespeitosamente, retirara a coroa das mãos do papa Pio VII que se deslocara a Paris precisamente formalizar a coroação, e coroara-se ele próprio, fazendo o mesmo de seguida à sua esposa Josefina.

Só que na sua infinita ignorância e soberba Napoleão desconhecia que já muitos séculos antes um jovem de 13 anos fizera algo idêntico, na Catedral de Zamora, ao ignorar o cardeal que iria presidir à cerimónia e armando-se a si próprio cavaleiro, não por insolência e superioridade, mas por pressa de vir a ser rei de Portugal. E seria o povo desse grande Afonso Henriques, o povo do país que ele tanto desprezava e considerava insolente, que iria iniciar o processo que o viria dali a uns anos a remeter a uma situação que ele jamais imaginaria nem nos seus piores pesadelos. O de prisioneiro numa ilha do Atlântico...

A 18 de Outubro de 1807, o general Junot e o seu exército¹⁰ de cerca de 25 000 homens de infantaria e 3000 a 5000 de cavalaria atravessavam o território de Espanha, com a alegre permissão desta, em andamento acelerado, em direcção ao território lusitano, sendo Lisboa¹¹ o objectivo principal. Era urgente aniquilar o último aliado de Inglaterra na Europa.

De Espanha, juntar-se-lhes-iam cerca de 8000 soldados de infantaria e 3000 de cavalaria. Ao mesmo tempo, numa acção previamente planeada, 6000

⁹ O papa Pio VII (252.º Papa) esteve encarcerado em Savona e em Fontainebleau, a mando de Napoleão, por se ter recusado a concordar com os seus planos de guerras e alianças, só regressando a Roma em 1814.

¹⁰ Há historiadores que falam em 23 000 homens, mas a autora preferiu reger-se pelo Prof. Joaquim Veríssimo Serrão.

¹¹ Segundo o Artigo 6º da Convenção Secreta Anexa ao Tratado de Fontainebleau, «Outro corpo de 40 000 homens de tropas francesas se ajuntará em Bayonne... estando pronto para entrar na Espanha, para o fim de marchar para Portugal...»

espanhóis invadiriam Portugal pela província de Entre Douro e Minho, e outros 10 000 entrariam pelo Alentejo para o tomar e também a província do Algarve. Finalmente iriam colher o fruto tão apetecido.

Tempos muito conturbados para Portugal se avizinhavam.

A inevitável invasão ia começar...

Vinham aí os franceses...

CAPÍTULO 2

Espanha, Outubro de 1807.

No Palácio do Escorial, o príncipe das Astúrias, D. Fernando, filho do rei D. Carlos IV e da rainha Maria Luísa, caminhava nos seus luxuosos aposentos, como uma fera enjaulada.

Três outros homens mais velhos encontravam-se lá, com expressões sérias e preocupadas, sendo um deles clérigo, pelas suas vestes. O núcleo principal dos partidários do herdeiro do trono.

— Temos de ter cuidado, D. Fernando. Não podemos deixar que o nosso plano chegue aos ouvidos de Godoy, senão já sabemos o que acontecerá... Convença a vossa mãe e vosso pai a fazer o que ele muito bem entender. É ele que governa Espanha, juntamente com a Rainha — observou o cónego, representante da sé de Toledo, que tendo sido o antigo preceptor do príncipe era considerado por ele uma pessoa da sua maior confiança.

D. Fernando parou repentinamente, com um brilho irritado nos olhos escuros. Contava 23 anos, tinha cabelos castanhos, era magro e de estatura média.

— Eu sei isso melhor do que ninguém, D. Juan Escoiquiz! Esse homem, esse aventureiro, põe e dispõe de tudo a seu bel-prazer, sem ninguém que lhe trave os movimentos! Foi ele que convenceu meu pai a recusar o meu pedido para fazer parte do Conselho, pelo menos para haver alguém que lhe fizesse frente e combatesse a sua nefasta influência, pois toda a corte está nas suas mãos.

— Temem-no, pois ele, além de ser o primeiro-ministro e general do exército, é também almirante-mor e coronel-general das guardas reais a pé e a cavalo. É muito poderoso e por isso muito perigoso — comentou o duque do Infantado, um homem de 39 anos, alto, magro e de rosto grande, com ar apreensivo.

— E eu não sei disso, D. Pedro? Ninguém me convence que não foi ele o culpado da morte de minha esposa, que tanto o detestava e ele bem sabia. Nada

me espantaria que a princesa Maria Antonieta tivesse sido envenenada a mando dele.

Os outros homens estremeceram, entreolhando-se.

— Isso jamais o saberemos, meu filho — declarou D. Juan, com ar pensativo. — Não existem provas...

— Esse homem não passa de um aventureiro que ainda irá levar Espanha à completa ruína. Deu à França territórios, colónias americanas em nosso poder há tanto tempo, por exemplo a Luisiana¹², navios, soldados e não recebeu nada em troca, antes pelo contrário. Napoleão exigiu ainda que Espanha pagasse uma fortuna pela sua neutralidade! Setenta mil francos anuais, apesar de sermos aliados. Um completo desatino a política de Godoy! Meu pai deixou que se apoderasse do governo do nosso reino e ele agora faz tudo o que bem lhe apetece! Governa Espanha a seu bel-prazer e os seus desmandos são uma afronta para todos!

— Verdade, D. Fernando, mas já encetámos o caminho que o poderá afastar da corte. Já procurámos o apoio de Napoleão para preservar os vossos direitos ao trono, que bem sabemos estarem ameaçados por Godoy — observou o duque de San Carlos, um homem alto e espadaúdo, de cabelos e olhos muito escuros. — Não podemos deixar que ele faça o que tanto deseja e que já tão descaradamente tentou fazer. Tentar interditar-vos, privando-vos do vosso futuro trono. O ultraje!

D. Pedro Alcántara de Toledo y Salm-Salm sorriu.

— Napoleão pareceu satisfeito com a vossa proposta de casamento com uma sobrinha sua, filha de seu irmão Luciano. Desta feita Godoy será derrubado.

— Se Deus quiser! — declarou o padre, muito sério.

D. Fernando parou o seu agitado passeio e fitou os rostos dos três homens, com ar indignado.

— O desplante daquele canalha em querer que eu casasse com uma irmã sua! Uma irmã de Godoy! Era só o que faltava ter alguém do seu sangue, sentada no trono de Espanha! Não bastava já ter a afronta de ver as suas feições indecentes escarrapachadas no rosto de minha irmã! — observou o príncipe, tornando-se muito vermelho. — A prova indiscutível do comportamento escandaloso de minha mãe com esse canalha, com o conluio de meu pai!

A infanta Maria Isabel de Espanha, de 18 anos, possuía evidentes semelhanças com Manuel de Godoy, facto que não passava despercebido. Também ninguém ignorava que o primeiro-ministro era amante da rainha Maria Luísa, com o conhecimento do próprio rei.

¹² Napoleão vendeu a Luisiana aos norte-americanos, para ajudar a custear as despesas das suas guerras intermináveis.

Os duques de S. Carlos e do Infantado trocaram um olhar sobressaltado com D. Juan Escoiquiz.

— É melhor acalmar-vos, D. Fernando. Às vezes, as paredes têm ouvidos...

O príncipe ficou ainda mais indignado.

— Isso não é novidade para ninguém, Don Juan. Não foi mesmo por isso que meu pai vos afastou da corte? Quando vos atrevestes a comentar o concubinato que existia debaixo do seu próprio nariz? Não é por isso que tendes de vos reunir comigo às escondidas? Se o povo fala disso com a maior descontração... O comportamento de minha mãe é absolutamente imoral!

Todos os espanhóis conheciam a célebre quadra popular que comentava jocosamente os amores da rainha de Espanha e de seu amante:

*«Entró en la Guardia real,
y dio el gran salto mortal.
Con la reina se ha metido
y todavía no ha salido...»*

— Esse comportamento indecoroso é condenado até pelo povo, todos nós bem sabemos, mas que fazer se o principal afectado não se importa?

— Uma podridão que brada aos céus! — declarou o cónego.

— Para minha desonra e a de Espanha... Meus pais preferem o primeiro-ministro ao próprio filho... — comentou o príncipe, mordendo o lábio inferior.

Aproximou-se da janela e olhou para a rua. Nuvens negras ameaçavam séria tempestade. A noite caíra há já algum tempo e bem próximo ouviu o grito da coruja.

Os três homens fixaram-no, compreensivos.

— Mas o povo é por vós, D. Fernando. Apesar da corte ser toda por Godoy, pois teme-o, o povo será sempre por vós, será sempre por Espanha. Nem vê com bons olhos esta invasão a Portugal... Só vêem os seus filhos saindo para lutar contra quem não lhes fez mal algum, sujeitos a morrerem... E sem contar com a despesa de toda essa tropa francesa no nosso território — comentou o duque do Infantado, abanando a cabeça, desaprovador. — A política de Godoy não agrada a ninguém.

— Só um doido varrido é que veria com bons olhos esta loucura! — comentou o clérigo, num tom taciturno.

— Que nos interessa a nós Portugal? Por que não havemos de viver como vizinhos? Precisamos de estar sempre a cobiçar esse território? Não tivemos já lições suficientes pelos séculos fora? Por causa de Godoy é que o nosso Tesouro

está da maneira que está. Vai levar Espanha à ruína, o velhaco! Por causa dele e das suas manias de grandezas é que estamos nesta situação. O infame e o seu desejo de ser rei de uma parte de Portugal, e meu pai, como sempre, sancionou as loucuras dele — disse o príncipe, com um ar de profunda indignação. Em passadas rápidas aproximou-se de um móvel e pegou em várias folhas de papel. — Tenho vindo aqui a registar todos os seus desmandos para os mostrar a meu pai. Quem sabe ele não entenda finalmente o quanto este homem está a prejudicar o nosso reino.

— *Muy bien!* Esse homem tem de ser travado, custe o que custar! — declarou o duque de S. Carlos, com ar decidido.

— Vão meter-nos noutra guerra. Não bastou a de há seis anos... Valeu a pena essa guerra com Portugal? Valeu a pena tanta despesa que tivemos com as tropas francesas no nosso território unicamente por uma única praça, Olivença? Uma guerra que até para o povo foi motivo de chacota. A «Guerra das Laranjas» como no país vizinho o povo lhe chamou, troçando merecidamente de Godoy que mandou aquelas laranjas a minha mãe como troféu de guerra! Uma vergonha! — exclamou o príncipe, desdenhosamente.

— Uma afronta aos olhos de Deus! — concordou o clérigo, indignado.

— E nessa guerra tivemos sorte.

O duque do Infantado abanou a cabeça, muito sério.

— Não apenas sorte, D. Fernando, pois eu participei nela. Toda a gente sabia que era muito fácil, quase infalível, a invasão e a conquista de Portugal, tal a desorganização que lavrava no exército português, a ruína do seu erário, e isto sem falar da completa incompetência dos seus governantes face às dificuldades da época. O seu chefe militar, o velho duque de Lafões, apesar de ser considerado homem inteligente, era uma nulidade como militar e não soube defender o país. Um absoluto incompetente!

— Infelizmente, em Portugal, tal como em Espanha, os altos postos militares ainda se atribuem aos nobres pela sua alta estirpe e não pelos seus méritos guerreiros — observou o duque de S. Carlos.

— E temos no nosso próprio reino a prova disso, não é verdade? Não nomeou o primeiro-ministro o seu irmão Diego como general, tendo este somente 28 anos? — lembrou o cónego, com uma careta de desaprovação. — Isto para não falar no próprio Godoy...

— Vede bem que o duque de Lafões, pelo que soube mais tarde, ordenou a retirada das tropas, contra a opinião dos seus generais, e chegou ao cúmulo de sair de Portalegre ainda de madrugada, antes da retirada das tropas que estava marcada para a tarde. Essa sua retirada vergonhosa foi alvo até de chacota entre

o povo. Ao que consta, saíram mesmo panfletos em Lisboa com um anúncio zombeteiro.

— *Sí.* Cheguei a ver um desses pasquins, trazido por um amigo vindo de Lisboa — informou o duque de S. Carlos, fazendo um esforço de memória. — Se bem me lembro dizia algo assim:

«Perdeu-se entre Portalegre e Abrantes um menino de 82, pouco mais ou menos, com umas botas de veludo negro. Roga-se, portanto, aos que o acharem que o entreguem no escritório dos anúncios.»

D. Fernando mostrou um leve sorriso, imitado pelos outros homens.

— O velho duque andava sempre com uma botas de veludo, pois sofria de gota — informou o duque do Infantado, trocista.

— Nem nos piores momentos os portugueses deixam de achar piada a algumas situações insólitas.

— Verdade. É justo salientar que Portugal tinha na altura alguns bons generais, entre eles Bernardim Freire de Andrade, o marquês de Alorna e Gomes Freire de Andrade, mas, sendo eles chefiados pelo velho duque, nada podiam fazer, nem eles nem os seus soldados, que bem chefiados são excelentes em combate...

— É o que eu quero dizer, D. Pedro. Se não fosse isso poderíamos estar em muito maus lençóis. Ou já se esqueceram das batalhas perdidas com os portugueses apesar da enorme desproporção de homens? Temos tido sorte somente devido à falta de capacidade dos seus governantes, que não têm a menor lucidez, nem brio algum, são fracos. Mas, e se aparecer um chefe? Essa sorte transformar-se-á em azar. Os portugueses são aguerridos, ou já nos esquecemos de Aljubarrota e de Valverde? Lutam até à morte por uma causa e nenhuma lhes é mais querida do que a sua independência e liberdade. Têm tido é pessoas incapazes nos altos comandos do exército e governantes incompetentes. Se tivessem agora um Nuno Álvares Pereira¹³, que Deus tivesse piedade de nós! — disse D. Fernando, irritado.

— O exército português na altura estava fraco e desmoralizado e o mesmo acontece agora. Vosso cunhado não soube proteger o reino.

Uma bátega de chuva repentina e violenta atraiu a atenção de D. Fernando para a rua, fitando distraído as nuvens sombrias sobre o palácio. Depois virou-se para os outros circunstantes.

— Por causa de Godoy tivemos 30 000 franceses no nosso solo, o que nos

¹³ *A Demanda do Mestre e Nuno Álvares Pereira*, romances históricos da mesma autora, em que uma das personagens principais é o Santo Condestável.

obligou a alimentá-los, a vesti-los, a calçá-los e a armá-los a nosso encargo, sem estes se coíberem de cometer os maiores desaforos no nosso território, assaltando casas e armazéns como muito bem lhes apeteceu. Se não se tivesse assinado a paz com Portugal rapidamente, nem sei o que seria, estávamos completamente arruinados. E o canalha do Godoy bem o percebeu, senão não teria assinado a paz tão depressa. Só assim nos veríamos livres da voracidade e da petulância da soldadesca francesa.

O duque de S. Carlos franziu a testa, preocupado.

— Sim, isso é bem verdade. Tornou-se muito perigoso ter tanta tropa francesa no nosso território. Ele e vosso pai bem se arrependeram.

— E agora voltam a fazer o mesmo. E, para completar, meu pai ainda cometeu o ultraje de cobiçar parte do reino de Portugal que pertencerá a minha irmã Carlota Joaquina, para formar o futuro reino da Lusitânia-Setentrional para minha irmã Maria Luísa, só para que esta não deixe de ser rainha também. Uma indecência!

Os outros homens concordaram silenciosamente.

— Sim, mas não podemos demonstrar a nossa opinião agora, D. Fernando, pois já tudo está decidido. Não há nada a fazer. Espanha vai participar na invasão de Portugal e nós precisamos de Napoleão Bonaparte do vosso lado para preservar os vossos direitos ao trono de Espanha. É primordial o seu apoio.

O príncipe das Astúrias voltou a olhar para a rua através dos vidros da janela. A chuva caía incessante e ao longe ouvia-se uma trovoadas que se afastava para poente.

— Assim seja.

Manuel de Godoy franziu o sobrolho, irritado. Lia um documento que lhe fora entregue pouco antes por um dos seus espiões. Lá, era informado dos encontros secretos entre D. Juan Escoiquiz e *Monsieur* de Beauharnais, embaixador de França em Madrid. Contactos certamente com a finalidade de convencer o poderoso Napoleão Bonaparte a aderir ao partido do príncipe das Astúrias.

— *Maldición! Ese príncipe insolente se antcipó. Él llegó primero que yo a Napoleón. Maldito sea!*

O primeiro-ministro de Espanha tremia de raiva. Enfurecido, amarrotou o documento e atirou-o ao chão, pisando-o. Depois, acalmou a pouco e pouco.

Começou a caminhar de um lado para o outro, com um ar muito competido.

— Tenho de reverter esta perigosa situação a meu favor, dê lá por onde der. É imperioso o apoio de Bonaparte ao meu plano de privar do trono o seu legítimo herdeiro em meu favor. Nada mais justo! Se sou o amante da rainha e o governo Espanha porque não sentar-me também no trono? — disse em voz alta, como se tivesse um interlocutor imaginário.

A cabeça de um rapaz assomou à entrada da porta, afastando o reposteiro grená.

— *Me habeis llamado, señor? Os he escuchado hablar...*

Godoy estremeceu, irritado. Pegou num jarrão que estava próximo e lançou-o à cabeça do espantado criado e por um triz não lhe acertou.

— *Vete! Vete! Nadie te ha llamado! Dejamé en paz, idiota!*

Atónito, o rapaz olhou em volta para se certificar de que o amo definitivamente estava sozinho.

— *Perdón... Perdón... pensé...*

— *VETE!* — gritou o primeiro-ministro, lançando mão a outro jarrão e arremessando-o, enfurecido.

O criado fechou a porta rapidamente, alarmado, decidido a não aparecer à sua frente tão cedo. Decididamente, o amo naquele dia estava de muito mau humor. Era bem mais seguro manter-se longe dele o mais que pudesse.

Manuel de Godoy precisou de uns segundos para se acalmar e voltar a retomar o seu fio de pensamentos.

«A rainha Maria Luísa ficará lealmente do meu lado, pois os sentimentos luxuriosos que sente por mim são muito superiores aos maternais que sente pelo filho», murmurou, enquanto se olhava ao espelho, sorrindo ao reflexo que ele lhe devolvia. Um homem de 40 anos, alto e forte, figura bem atraente para as damas, rosto cheio, cabelos escuros, que usava apanhados atrás, e olhos pequenos e vivos. Molhou as pontas dos dedos com saliva e depois passou-as pelas sobancelhas, sorrindo encantado para a sua figura, vaidoso como um pavão. «E o rei obedecerá cegamente aos desejos de Maria Luísa, como é costume, e a corte segui-lo-á.»

Sorriu, mais calmo e satisfeito. Ainda não estava tudo perdido. Era só conseguir manter a cabeça fria e tudo se resolveria, como sempre. Infelizmente, sabia que os populares que nunca o viram com bons olhos, os invejosos, tomariam sempre o partido do príncipe. Por saber isso é que concebera o plano de obter o apoio de Napoleão para que o seu golpe se concretizasse com sucesso.

Só que infelizmente o príncipe das Astúrias e os seus partidários tinham-se antecipado e procurado também o apoio de Napoleão. As coisas assim tornavam-se perigosas, muito perigosas. Era um obstáculo à sua pretensão de ser

príncipe de uma parte de Portugal. E ele queria Portugal! Ele era Espanha e Espanha queria Portugal!

Por mais lições e batalhas que perdesse, e a estrondosa derrota em Aljubarrota sempre os lembrava disso, os governantes espanhóis jamais deixavam de o cobiçar e julgar como seu, querendo dominá-lo, senão pela força das armas, pelo menos pela união de casamentos entre príncipes portugueses e princesas castelhanas, ou vice-versa. Não bastava a frustração de não possuírem aquele pedaço de terra todo banhado pelo Atlântico, de onde se haviam aventurado a viajar para outros continentes e a descobrir novas terras, ainda tinham de suportar esbarrarem constantemente com portugueses para onde quer que fossem.

O primeiro-ministro sorriu com ar malicioso. Em breve uma parte daquele território definitivamente seria seu e mais tarde, quem sabe, quando afastasse do trono aquele fedelho impertinente, Espanha também.

Agora o mais urgente que tinha a fazer era avisar Maria Luísa da conspiração entre seu filho e os seus mais leais conselheiros. Brevemente, estes bem se arrependeriam.

Poucas horas depois a guarda do rei irrompia repentinamente pelos aposentos do príncipe das Astúrias, apreendendo todos os documentos que lá encontrou, sendo um deles o relatório redigido pelo príncipe, com todos os desmandos praticados pelo primeiro-ministro. D. Fernando foi levado, sem a menor cerimónia, à presença do pai. Este, depois de o questionar com a maior severidade, confinou-o aos seus aposentos, permanecendo lá sob prisão, vigiado permanentemente por vários guardas.

No dia seguinte, 30 de Outubro, saía um decreto onde o rei de Espanha ordenava a prisão do filho, acusando-o do crime de lesa-majestade, decreto da autoria de Godoy que via assim o seu principal oponente desviado do caminho, pois aquela grave acusação bastava para o afastar do trono espanhol

O príncipe das Astúrias deixou-se cair numa poltrona de cetim diante de uma janela. Os seus olhos tristes olhavam para a rua, mas sem a ver. Nem reparou num criado que lhe poisou carinhosamente uma manta sobre as pernas e desapareceu tão silencioso como surgira.

D. Fernando deixara-se abater pela depressão devido a tão torpes acusações,

e, principalmente, por ter sido abandonado pela própria mãe. E tudo o que ele queria era abrir os olhos ao pai.

Encostou a cabeça atrás, num gesto de abandono.

Sentia uma profunda mágoa. Seu pai preferira acreditar no amante da esposa do que no próprio filho. Sua mãe atraíra-o também, recusando-lhe até a súplica para se avistar com ele, enviando um emissário no seu lugar. Seus amigos estavam a ser perseguidos e os seus conselheiros presos. Sob apertada pressão acabara por denunciar D. Juan Escoiquiz e os duques de San Carlos e do Infantado que foram aprisionados. Porém, estes não se acovardaram perante as penas circunstâncias, demonstrando um brio que faltara ao príncipe, pois ao serem interrogados declararam sempre que o único intuito era livrarem a família real da maligna influência de Manuel de Godoy.

D. Fernando deu um profundo suspiro.

Estava tudo perdido. Godoy fora mais esperto do que ele.

CAPÍTULO 3

Portugal, Novembro de 1807.

No Palácio da Ajuda, D. João Maria de Bragança, o príncipe regente de Portugal, andava de um lado para o outro, inquieto. Era um homem de 40 anos, de estatura média, olhos e cabelos castanhos e feições vulgares. Não se poderia considerar atraente.

Lá fora chovia torrencialmente e ouviam-se trovões, ribombando cada vez mais perto.

De tempos a tempos, uma saraivada de chuva era mais violenta, batendo com maior intensidade nos vidros das janelas, o que fazia estremecer o príncipe.

Além dele, no enorme salão encontrava-se somente outro homem de aspecto humilde, baixo e magro, expressão bondosa, vestido com a roupagem habitual nos clérigos, um padre, que o fitava com ar compadecido e que também se sobressaltava de cada vez que se ouvia um trovão mais próximo, benzendo-se sempre apressadamente e murmurando qualquer coisa muito baixinho.

Há apenas uma hora ainda havia uma inusitada agitação naquele mesmo salão, mas agora tudo parecia mergulhado no mais completo silêncio. Descansavam, embora sabedores da enorme tempestade que se aproximava a passos gigantescos, prestes a abater-se sobre as cabeças de todos os portugueses.

Um relâmpago iluminou o salão e depois um trovão muito perto fez o príncipe estremecer violentamente, tornando-se ainda mais pálido.

Uma ruga de profunda preocupação sulcava-lhe a fronte, demonstrando o quanto era difícil o problema que o assaltava. A eminência de uma invasão franco-espanhola.

Por mais diplomacia despendida pelos seus embaixadores junto de França e Espanha, D. João sabia que tudo estava perdido. A invasão iria dar-se para mal dos seus pecados e infelicidade do seu povo.

Desde que administrava o reino de sua mãe, a rainha D. Maria I, que enlouquecera em 1791, D. João não tinha tido um momento de sossego. Devido à morte do irmão mais velho, herdeiro do trono, vira-se subitamente lançado para aquele lugar, que nunca desejara, nem para o qual fora talhado, tão contrário à sua personalidade calma e pacífica. D. João gostava de uma vida simples, de fazer longos passeios sozinho, de observar o mar, de andar entre os pescadores e comer com eles, bem longe das intrigas e salamaleques da corte.

— Que desgraça, meu Deus! Quem me dera não ter cabido a mim este tão grande sacrifício de governar o reino. Que infelicidade minha pobre mãe ter perdido o juízo! — desabafou D. João, parando repentinamente o seu passeio.

O padre deitou-lhe um olhar compreensivo.

— Pobre rainha! Foram tantas provações seguidas umas às outras!... Esquecemo-nos que uma rainha é uma mulher como as outras, com sentimentos como qualquer vulgar mulher do povo. O seu pobre coração não resistiu a tantos desgostos. Primeiro foi vosso pai¹⁴ que faleceu. Dois anos depois seguiu-o vosso irmão José, com apenas 27 anos. Que Deus o mantenha na Sua Divina Glória! — disse, benzendo-se, estremecendo ao sentir outro trovão mais perto. — Passados dois meses, faleceu-lhe outra filha, D. Mariana Vitória, com 19 anos, na flor da idade, pobrezinha!

D. João enxugou uma lágrima ao canto do olho, comovido.

— Já então tivera um menino que nascera e falecera em 1763, padre, bem antes de mim. E em 1776 morreu também minha irmã Maria Clementina com dois anos e no ano seguinte minha outra irmã, Maria Isabel, com 11 anos apenas.

— Bem sei, meu filho. Mais dois anjinhos para auxiliar o trabalho do Criador.

— Sobrei apenas eu, que a adoro.

— Vós e o povo. É como eu disse, meu filho. Demasiado sofrimento para um só coração.

¹⁴ O pai em 25 de Maio de 1786 e o irmão em 11 de Setembro de 1788.

Por momentos os dois homens trocaram um olhar e permaneceram em silêncio, só quebrado pela tempestade lá fora que se fazia sentir com mais intensidade.

A vida de D. Maria I não tinha sido nada fácil e o povo amava-a sinceramente, lamentando a sua dor.

A sua política externa sempre se regrou pela neutralidade¹⁵, mantendo-se fora dos conflitos entre França e Inglaterra e lucrando assim do comércio com aquelas duas nações.

Na altura Portugal era internacionalmente reconhecido como um país neutro. No entanto, França, desejosa de quebrar a antiga aliança entre Portugal e Inglaterra, conspirara com Espanha uma forma de o fazer. Surgiu por via de uma invasão, celebrada numa aliança¹⁶ ofensiva e defensiva, alegando que Portugal deixara de se regrou pela neutralidade ao ajudar Espanha quando esta declarara guerra a França, envolvendo-se na «Campanha do Rossilhão» e tornando-se assim uma nação inimiga.

— Vossa mãe sempre nos governou bem, mantendo-nos longe de todos os conflitos.

— Sim, é verdade, padre. Só depois de ela ter ficado doente é que o céu caiu sobre nós, com todas estas desgraças e infortúnios. A Campanha do Rossilhão foi a nossa perdição. Uma desgraça que o tirano do Bonaparte e o traidor do Carlos IV logo aproveitaram em proveito próprio para nos atacar. De nada nos valeu alegarmos que só nos envolvemos na campanha do Rossilhão devido ao tratado celebrado com Espanha, em que os dois reinos eram obrigados a prestar socorro um ao outro em caso de ataque por outro reino — disse o príncipe, exalando um profundo suspiro de desânimo. — O governo de Espanha solicitou essa ajuda a Portugal e obteve-a, mas Portugal nunca se considerou em guerra com a França. Frisámos com veemência que sempre continuámos neutrais e que só participámos na Campanha de Rossilhão devido ao tratado com Espanha.

— Bem sei, meu filho.

D. João nem pareceu perceber que tinha sido interrompido, pois continuou como se não tivesse havido qualquer interrupção. Estava extremamente nervoso e desanimado.

— E de acordo com as regras diplomáticas da altura essa situação nunca tornaria Portugal uma potência beligerante e por isso em guerra com a França. Porém, esta não era da mesma opinião.

¹⁵ D. Maria I assinou um tratado com Catarina, *a Grande*, da Rússia, em 1782, integrando a Liga Armada dos Países Neutros do Norte da Europa, no decorrer da Guerra da Independência Americana.

¹⁶ Tratado diplomático de Santo Ildefonso, celebrado a 18 de Agosto de 1796.

— Porque não lhe convinha, meu filho. Napoleão queria obrigar Portugal a romper o tratado de aliança com Inglaterra. Foi sempre o seu plano.

D. João deitou-lhe um olhar agradecido pela compreensão.

— Depois com a assinatura de paz entre Espanha e França tudo ficou ainda mais difícil para Portugal, pois Espanha passou de aliada a inimiga, disposta agora a aniquilar quem a ajudou a defender as suas fronteiras — observou, num tom magoado.

— Uma Jezebel essa Espanha, sempre a atraiçoar-nos quando menos esperamos, ou antes, os seus governantes, esse malfadado Godoy!

D. João concordou com um aceno de cabeça.

— O pior é que Espanha declarou guerra a Inglaterra, mas o tratado entre nós ainda existia, além do de Portugal com Inglaterra. Compreendeis o meu dilema, Padre?

— Se compreendo, meu filho. Se compreendo... Estáveis entre dois fogos, qual deles o pior...

— Por fim, e inevitavelmente, recebemos a 1 de Janeiro de 1801, nunca mais me esqueço desse dia, aquele ultimato ultrajante que, não sendo imediatamente cumprido, corríamos o risco de vir a ser invadidos por Espanha, com o apoio de 20 mil soldados franceses, padre. 20 mil! — lembrou D. João, com um arrepio na espinha.

Esse malfadado ultimato constava de cinco pontos insultuosos. Portugal deveria quebrar a tradicional aliança com Inglaterra, fechando-lhe todos os portos; deveria abrir os portos a França e a Espanha; era obrigada a oferecer um quarto de Portugal continental como garantia da devolução de território espanhol nas mãos dos ingleses (Trindade, Minorca e Malta); devia pagar uma indemnização de guerra a França e a Espanha; rever as suas fronteiras com Espanha.

Como é óbvio, Portugal recusara obedecer ao ofensivo ultimato e a guerra fora declarada, não obstante o exército português estar desfalcado em relação ao de Espanha composto por 30 000 homens, comandado pelo primeiro-ministro Manuel de Godoy, a que se deveriam juntar depois os franceses.

E o exército espanhol invadiu Portugal, pelo Alentejo, em 20 de Maio de 1801, ocupando Olivença, Juromenha, Arronches, Portalegre, Castelo de Vide, Barbacena e Ouguela. Campo Maior não se mostrou disposto a entregar-se de forma nenhuma, de tal maneira que, logo que o inimigo foi avistado, começou a bombardeá-lo furiosamente.

O seu governador, Matias José Dias Azedo, repeliu obstinadamente todas as intimações para a rendição, preferindo a morte à humilhação da capitulação. Nem sob a violenta ameaça do primeiro-ministro espanhol, de que a vila seria

destruída e passados a fio de espada todos os que lá se encontrassem, fossem crianças, mulheres ou velhos, ele se rendeu, respondendo serenamente que ele e os seus oficiais estavam dispostos a verter o seu sangue pela legítima defesa da sua pátria, pois a honra a isso os obrigava.

A destemida praça de Campo Maior com os seus 1400 homens conseguiu resistir heroicamente ao cerco obstinado do numeroso inimigo, que contava mais de 7000 homens, durante 18 longos e terríveis dias, bombardeada de dia e de noite sem descanso, e o seu bravo governador só a entregou por falta de socorro humano e a pedido de parte dos próprios sitiados que estavam absolutamente extenuados. Renderam-se às seis da tarde do dia 6 de Junho, sendo honrosas as condições da capitulação devido ao valor e brio demonstrado por toda a guarnição.

Elvas também resistiu estoicamente ao cerco espanhol, comandado pelo próprio Godoy, que pensara ir tomar aquela cidade facilmente, tal como as primeiras que praticamente tinham sido entregues de mão beijada aos espanhóis. Não contara com o digno governador, D. Francisco Xavier de Noronha, que, em resposta à arrogante ordem de Manuel de Godoy para que se rendesse e lhe entregasse a praça, lhe respondeu altivamente que Elvas lutaria até ao fim, até ao último soldado, até à última gota de sangue. E era uma absoluta verdade, pois os seus soldados estavam possuídos pelo entusiasmo e o patriotismo que os levava a preferir morrer a renderem-se ao inimigo. Além de que estava bem abastecida de artilharia e munições.

Sabedor disso e enfurecido, Godoy fora obrigado a desistir do seu intento, retirando-se não sem antes disparar alguns tiros contra a malfadada praça que sempre dera tanta luta aos anteriores exércitos invasores, pelos séculos fora. O resultado dessa fanfarronice foi os tiros serem-lhe devolvidos alegremente da parte portuguesa, matando-lhe e ferindo-lhe alguns soldados, para sua grande raiva.

Este curto conflito ficou conhecido entre o povo como a Guerra das Laranjas. Ao que parecia, Godoy enviara à amante, a rainha Maria Luísa, umas laranjas colhidas em Elvas, como troféu, sendo essa a origem do nome zombeteiro que o povo pôs àquela curta guerra, assinando-se depois uma paz humilhante com o Tratado de Badajoz, em 6 de Junho, ficando Portugal obrigado, entre outras coisas, a fechar os portos a Inglaterra — obrigação essa que nunca cumpriu — e tendo-lhe sido devolvidos os territórios invadidos, excepto Olivença¹⁷.

Seguiram-se manobras estrategicamente diplomáticas, defendendo-se Portugal o melhor possível, para se manter longe daquelas disputas que não o favoreciam em nada, antes pelo contrário. A sua defesa intransigente era o seu estatuto

¹⁷ Até aos nossos dias o problema de Olivença permanece, pois continua ilegalmente ocupada por Espanha, porque continuará sempre a fazer parte de Portugal.

de neutral, o impedimento de não poder quebrar a aliança firmada com Inglaterra há tantos séculos e o não considerar-se em guerra com França. Foram anos extremamente desgastantes.

— Por que não ides descansar, D. João? — perguntou o padre, compassivo.

O príncipe virou-se para ele, amargurado.

— Como poderei fazê-lo, padre, se sobre as nossas cabeças paira a ameaça de uma invasão franco-espanhola? Que Deus me valha!

O padre abanou a cabeça, pesaroso.

— Malditos franceses jacobinos! Ateus! Que ardam todos no fogo do inferno!

D. João deixou-se cair numa poltrona de tecido acetinado e deu um profundo suspiro de desolação.

— E os traiçoeiros espanhóis também, a começar por minha esposa, que é a cruz que eu tenho de carregar até ao fim dos meus dias... Que mal fiz eu a Deus para merecer um castigo destes?! Por que me castigou Ele desta maneira?!

Curiosamente, o padre não replicou, antes pelo contrário, pareceu até concordar, pois acenou afirmativamente com a cabeça enquanto se sentava em frente do príncipe, demonstrando bem a sua opinião acerca de D. Carlota Joaquina, filha do rei de Espanha que tão traiçoeiramente traíra o genro e a própria filha, pois ia invadir o trono onde ela viria a sentar-se.

Esta princesa, além de leviana e adúltera, pelo que se contava, envolvera-se há bem pouco tempo num plano maquiavélico, uma conjura infame, cujo objectivo era retirar a regência do reino ao próprio marido, prendê-lo e declará-lo incapaz de governar Portugal, para ficar ela a governar em seu lugar. Era ela a figura principal do plano, ajudada por outros conspiradores, entre eles o marquês de Alorna. Felizmente, o conde de Vila Verde descobrira tudo e denunciara a conspiração ao príncipe regente, que mal podia crer no que ouvia. A princesa Carlota Joaquina preparava um golpe de estado contra ele.

Indignado, mandara que se procedesse a uma investigação apurada, fazendo instrutor do processo o magistrado José Anastácio de Figueiredo¹⁸, conhecido pela sua integridade, descobrindo-se provas de que era tudo verdade. Bondoso, o príncipe, apesar de poder, se quisesse, acusar todos os envolvidos do crime de lesa-majestade e castigá-los com severidade, não o fez, pois teria também de castigar igualmente a sua própria esposa, preferindo não a expor e aos filhos a tal vexame. O castigo cingiu-se a separar-se da esposa e confiná-la ao palácio de Queluz, ficando ele a residir em Mafra, a expulsar da corte os seus cúmplices,

¹⁸ Curiosamente este José Anastácio de Figueiredo viria a falecer pouco tempo depois, constando que fora envenenado, o mesmo sucedendo com o conde de Vila Verde.

confinando-os às suas propriedades, ficando reconhecidamente grato ao conde de Vila Verde pela sua lealdade e fidelidade, considerando-o a partir daquele dia o seu maior amigo.

— Misteriosos são os desígnios de Deus, meu filho, e nem eu próprio alcanço a finalidade deles, para mal dos meus pecados...

Um trovão ribombou estrondosamente mesmo por cima do palácio e o padre quase deu um salto, benzendo-se rapidamente três vezes.

— E eu que nunca quis isto, padre... Sempre apreciei a solidão e preferi as coisas simples. Nunca gostei da política. No entanto, sou obrigado a estar quase sempre rodeado de gente, a maioria falsa, que à menor oportunidade me trai pelas costas — comentou D. João, ressentido. Desde aquela revelação dolorosa da infame conspiração que se tramara contra ele que nunca mais fora o mesmo, tornando-se desconfiado, sempre à espera da próxima traição e de onde ela viria.

— Tende paciência e conformação, meu filho. Deus só nos dá um fardo que sabe que conseguimos carregar...

O príncipe lançou-lhe um olhar céptico.

— Meu pobre irmão é que deveria estar no meu lugar, ele é que foi educado para isto... Eu, não... Ele tinha a energia e a capacidade que me faltam para resolver estes problemas do reino. Saberá impor-se aos ministros.

O padre fitou-o com ar compadecido.

— Deus chamou-o à Sua presença, meu filho...

— Infelizmente, padre... Todo este ambiente da corte, os fidalgos e os ministros me oprimem e me fazem mal. Estou entre dois fogos, entre dois partidos qual deles o mais ferrenho. Aquele que pende para o lado francês e o que se inclina para o inglês. Se fizer a vontade ao tirano e declarar guerra a Inglaterra, posso livrar-me da invasão e da guerra em Portugal, sem nenhuma certeza, mas perderei o nosso império ultramarino, pois a Inglaterra, que é a rainha dos mares, não perderá a ocasião de no-lo tomar, pois bem o cobiça. Se declarar guerra a França, protegerei as nossas posses ultramarinas, mas teremos a guerra no continente, à nossa porta... Estou entalado entre dois gigantes e de uma forma ou outra perderei... Que Deus me valha!

— E que Ele vos ilumine!

D. João olhou-o com ar duvidoso. Naquele momento sentia-se o mais infeliz dos homens.

— Sinto-me abandonado por todos... Que tristeza, meu Deus! Felizmente que minha pobre mãe não entende o que se está a passar... Era a sua morte!

— Que Deus Nosso Senhor a ajude! — disse o padre, sorrindo com doçura.

— Pelo bem que tanto fez a Portugal. Ela bem nos tentou proteger, mas os malditos jacobinos e aqueles traidores estavam a prepará-la!

— Malditos sejam! É bem verdadeiro o ditado do povo que diz que *de Espanha nem bom vento, nem bom casamento...* Estão sempre a apunhalar-nos pelas costas quando menos esperamos. Meteram-nos na Campanha do Rossilhão e depois fizeram um tratado de paz às escondidas com aquela a quem tinham declarado guerra, deixando-nos nestes sarilhos, entre duas potências que se querem guerrear a qualquer custo.

— Um Judas Iscariotes, esse Carlos IV, que Deus me perdoe! Enfiou-vos um punhal nas costas! E esse excomungado Godoy também, esse servo de Belzebu!

— Não aprendemos nunca, valha-nos Deus! Já deveríamos saber, depois de tantos anos e exemplos na nossa História, que não podemos confiar nos espanhóis...

O padre acenou afirmativamente com a cabeça, muito sério.

— É bem verdade o que dizeis, meu filho. Espanha nunca desistirá de tentar recuperar o que perdeu em 1640.¹⁹ Jamais se conformará! Pois se até fez um pacto com o próprio demo! Pois não eram eles os mais ferrenhos inimigos de França que lhe assassinaram o parente? O desventurado rei D. Luís XVI, da Casa de Bourbon, que Deus lhe fale n'alma e o tenha na santa paz pela morte horrível que teve...

— Palavras sábias essas que dizeis, padre. Bem verdadeiras. Carlos IV fez um pacto com o diabo — concordou o príncipe, ao mesmo tempo que o padre se benzia rapidamente à menção da palavra *diabo*. — Esse demónio do Napoleão que é astucioso como uma raposa e conseguiu seduzi-lo com o nosso território. Foi assim que o convenceu a passar para o seu lado, apesar das suas crenças tão contrárias às proclamadas pela Revolução Francesa. Venderam-se, os malditos, unicamente por causa da cobiça do meu reino...

O rosto do padre tomou uma expressão séria e esperançosa.

— Quem sabe não se venham a arrepender amargamente dessa abominável união com a França...? Pode ser que ainda venham a chorar lágrimas de sangue, de profundo arrependimento por terem vendido a alma ao demónio, os pérfidos!

O príncipe regente soltou outro suspiro ainda mais profundo.

— Se ao menos o maldito Napoleão tivesse aceitado a nossa declaração de neutralidade, pela qual sempre nos regemos, visto que perante tal contenda europeia não poderíamos ganhar nada em escolher um dos lados, pois seríamos sempre prejudicados, de uma forma ou de outra... E temos pago bem caro essa

¹⁹ O romance histórico *O Último Conjurado*, da mesma autora, narra essa época.

neutralidade que o tirano fingia aceitar mediante pagamento de dois milhões de marcos mensais. Uma fortuna! Foi-nos deixando ficar para o fim para pagarmos as despesas das suas guerras e agora caiu em cima de nós!...

Depois deste desabafo, D. João por instantes ficou silencioso, parecendo meditar. O seu rosto tinha uma expressão amargurada.

O padre permaneceu em silêncio também, compreensivo, esperando respetosamente que ele retomasse a palavra.

Uma bâtega de água bateu furiosamente contra as janelas, sobressaltando-os. A tempestade lá fora piorava. O Inverno chegava antes do tempo e em força.

— Poderei eu fazer aquilo que alguns dos meus conselheiros e os ingleses querem, padre? Abandonar o meu reino e o meu povo? Que pensarão de mim os portugueses? Que fugi covardemente da invasão e os abandonei à mercê do inimigo... Como posso fazer isso, valha-me Deus? Abandonar o meu povo e refugiar-me no Brasil...

— Não será uma fuga, meu filho. Tal como D. Rodrigo²⁰ e os ingleses disseram, é só uma ausência temporária, uma retirada estratégica, e apesar de talvez virem a ver isso como um abandono, os portugueses vindouros decerto reconhecerão que foi a única medida sensata a tomar perante tais acontecimentos.

— Sim, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sempre foi de opinião que se fizesse guerra a Espanha e a França e que toda a Família Real se retirasse para o Brasil. Mas como posso deixar Portugal à mercê desses bárbaros? As tropas de Napoleão são invencíveis.

— Não vos condenarão por isso, meu filho, pois pensastes no bem do reino. Bem sabeis que se Napoleão vos puser as mãos em cima vos obrigará a abdicar do trono e a coroá-lo rei, ou então a um dos seus irmãos, e dominará Portugal. Não é o que tem acontecido por toda a Europa? Que seria então de nós?

Napoleão já fizera rei de Nápoles seu irmão José; uma sua irmã, casada com o marechal Murat, grã-duquesa de Berg; Luís Bonaparte, outro irmão, era rei da Holanda; o irmão mais novo, Jerónimo Bonaparte era rei da Vestefália.

— Eu sei disso, padre, mas como conseguir arranjar coragem para deixar Portugal? Abandonar, quem sabe, para sempre a terra onde nasci, a pátria de meus pais e de meus nobres antepassados... Parte-se-me o coração perante isso, que Deus me ajude. Tenho adiado sempre, com esperança num milagre, que a invasão não se dê, mas parece inevitável...

— Receio bem que sim...

— E não sabeis o pior, padre. Perturbadoras notícias nos chegaram de

²⁰ D. Rodrigo de Sousa Coutinho era o secretário de Estado do reino, na época.

Espanha. Já D. Lourenço de Lima²¹ me alertara antes disso. Há muitas tropas em movimento que se dirigem certamente para cá. Não bastava a esquadra russa, aliada de França, ter chegado ao Tejo...

A 11 de Novembro nove navios russos haviam arribado ao Tejo, permanecendo arrogantemente por lá. A corte portuguesa pensava que era certamente uma consequência do acordo de Tilsitt, entre França e Rússia, mas a razão era bem diferente.

A esquadra russa fugira simplesmente de uma nortada forte no Atlântico e resolvera fundear naquele porto, para aproveitar e dar algum descanso à sua guarnição e tratar das reparações necessárias nas embarcações. Fora absolutamente surpreendida pelo rumo dos acontecimentos, pois no dia 14, uma esquadra inglesa de cinco navios apareceu ao largo da Foz do Tejo, permanecendo por lá, bloqueando a saída do porto.

Vendo-se inesperadamente diante de uma situação de tal gravidade, o almirante russo, Seniavin, deparou-se com um grande e difícil dilema e optou pela neutralidade, com o fim de poupar as vidas dos seus homens, pois não se considerava em guerra nem com Portugal nem com Inglaterra.

Reinava um profundo desassossego e uma perturbação desmesurada na corte portuguesa devido a todos estes eventos.

— Sim, mas felizmente, ou infelizmente, os ingleses estão por cá também...

Pouco tempo depois da chegada da esquadra comandada pelo almirante Sidney Smith, a fragata inglesa *Confiance* entrara no Tejo com a bandeira de parlamentarismo içada, ao que parece com instruções para o seu embaixador em Portugal, Lord Strangford, que embarcou nela, regressando depois a Lisboa na posse do jornal francês *Le Moniteur*, datado do dia 11 de Novembro. Neste jornal constava o decreto imperial de 27 de Outubro, onde Napoleão destronava D. Maria e seu filho, D. João, declarando que a dinastia de Bragança deixara de reinar em Portugal.

— Sim, padre. Se o embaixador inglês não me tivesse mostrado o jornal francês em que Napoleão decreta que a Casa de Bragança deixou de reinar em Portugal ainda tinha algumas esperanças...

O padre benzeu-se três vezes seguidas, com um ar de profunda indignação espelhada no rosto enrugado.

— Nesse jornal estava lá escarrapachado o tratado feito por Napoleão e Carlos IV. Um ultraje! Uma abominação de Deus! — exclamou o príncipe, levantando-se num repente, profundamente indignado e ficando muito vermelho.

²¹ D. Lourenço de Lima era o embaixador de Portugal em França.

— Acalmai-vos, D. João, senão ainda vos dá uma coisa má!... — pediu o padre, apreensivo.

— Esse malfadado tratado retalha Portugal em três fatias, padre; uma para Castela, outra para o pérfido Godoy e o outro para França! Acreditais nesse absurdo?! Retalharem o reino em três? O reino obtido a golpes de espada e com o derramamento de sangue de tantos portugueses, o reino do nosso bravo e nobre D. Afonso Henriques?

O padre estremeceu, tornando-se muito branco.

— Pois é isso que dizia o excomungado tratado...?

— Sim, padre, assinado em 27 de Outubro, os traidores!

— Não posso acreditar em semelhante infâmia! Não posso crer em tal crueldade e traição, meu Deus! Portugal retalhado em três... — observou o padre, com a voz a tremer e os olhos cheios de lágrimas.

D. João fitou-o também com lágrimas nos olhos, não só de tristeza, mas também de raiva e indignação.

— Maldito seja quem assinou esse tratado ultrajante!

O padre fez um aceno afirmativo, também ele profundamente revoltado.

— Lord Strangford exigiu que a viagem se fizesse o mais rápido possível, sob ameaça de mandar apreender as nossas naus se não o fizermos... Não podemos adiar mais.

— Bem que me pareceu ser ele, quando entrei no palácio, mas estava demasiado escuro e ele parecia ir com pressa... — disse o padre, com ar distraído. Depois pareceu acordar e fixou o rosto do outro homem. — É o mais correcto, meu filho, e bem sabeis que não é de agora esse plano para retirar para o Brasil em caso de ameaça. Já o senhor padre António Vieira fizera essa sugestão ao senhor D. João IV durante a guerra da restauração.

— Bem sei, padre, e antes já esse projecto também foi formulado ao Prior do Crato, em 1580, visando salvaguardar a nossa independência... Não é de agora, não, mas nunca nenhum rei português anteriormente o fez, abandonando os seus súbditos ao inimigo e eu não queria ser o primeiro. Não queria ficar assim na História.

— Não podeis pensar dessa maneira, meu filho, pensai apenas que com essa decisão difícil, mas corajosa, estareis isso sim a salvaguardar a dinastia do Mestre de Avis, que tanto trabalho teve, juntamente com o Santo Condestável, para arrancar Portugal das unhas castelhanas. Decerto é preferível irdes constituir a sede do vosso governo num outro ponto do território português, em segurança, neste caso o Brasil, a *Pérola* da vossa coroa, que é Portugal também, do que serdes levado como prisioneiro para França...

D. João teve um arrepio e olhou-o, reconhecido, sentando-se, indolente.

— Proferis palavras sábias, padre. O que nos faz falta agora é um homem como o nosso querido Nuno Álvares Pereira para combater estes malditos que ameaçam a nossa independência. Ele e um Mestre de Avis também, com a sua força e vigor, atributos que, infelizmente, eu não tenho...

O padre deitou-lhe um olhar compadecido. Lamentava-o sinceramente.

— Não vos condeneis, meu filho. Eram outros tempos e o Mestre tinha ao seu lado um homem sem igual, o Santo Condestável. Vós, não. E veio a ter uma mulher forte e leal ao seu lado, exactamente o contrário de vós. Por isso, não vos condeneis mais...

O príncipe exibiu um sorriso amargurado.

— Obrigado pelo vosso apoio sincero, padre. Estou agora mais conformado e convencido de que este meu sacrifício é a única forma de salvar a coroa portuguesa das mãos do tirano.

— Um monstro abominável, um *génio do mal* que mais valia ter morrido à nascença! — exclamou com ardor o padre, ficando muito vermelho. Um possante trovão ribombou por cima deles e o padre deu um salto, benzendo-se, um pouco arrependido da sua exaltação. — Que Deus me perdoe dizer tal coisa de uma criatura Dele... mesmo que seja verdadeira...

Mesmo sem querer o príncipe regente sorriu, para logo voltar a ficar apreensivo.

— Não posso ser aprisionado por ele, pois dessa maneira perderia definitivamente a minha legitimidade à coroa portuguesa e o nosso reino não possui meios para enfrentar tais exércitos que têm atormentado e feito o terror por toda a Europa. Se teimássemos em enfrentar as tropas de Napoleão teríamos consequências funestas, pois não faríamos mais do que derramar o sangue inocente dos portugueses.

O padre concordou com um aceno grave de cabeça.

— Não valeu de nada há semanas atrás eu ter aceitado o seu ultimato para obedecer ao Bloqueio Continental — declarou o príncipe, com ar desolado. Por momentos os seus olhos brilharam de indignação. — Mas acatando somente a imposição de fechar os portos portugueses a Inglaterra. Nunca aceitaria a sua exigência de prender os ingleses residentes neste reino e confiscar-lhes os bens. Seria uma infâmia!

— Bem sei, meu filho. O brio que demonstrastes só vos pode dignificar! Agistes com honradez!

D. João mostrou um sorriso triste.

Perante a inevitável ameaça de invasão e a fim de evitar a concretização da

mesma, D. João fizera saber a Napoleão que iria proceder ao cumprimento do Bloqueio Continental, mas só encerrando os portos a Inglaterra, recusando-se a cumprir os outros pontos. Devido às obstinadas exigências, por parte de França e Espanha, no cumprimento dos restantes pontos, D. João tomara uma atitude muito digna, declarando que não cederia nem um milímetro da sua decisão e convidando os embaixadores de França e de Espanha a virem recolher os passaportes se desejassem voltar para os seus países. E os embaixadores saíram de Portugal a 30 de Setembro, irritados com as evasivas do governo português.

Paralelamente, já fora também facultada a saída de Portugal de um grande número de ingleses acompanhados dos seus bens, partindo de Lisboa e do Porto em quatro comboios marítimos.

Ao saber disto, Napoleão ainda mais se enraiveceu por ser desobedecido tão insolentemente, dando a ordem de marcha ao exército de Junot para invadir Portugal.

— Isto depois do tratado secreto que assinei com a Inglaterra... — acrescentou o príncipe, com ares misteriosos.

O padre fitou-o, muito interessado, enquanto cruzava as mãos no regaço.

Anteriormente, numa convenção secreta assinada entre Portugal e Inglaterra, em 22 de Outubro, tinham os dois reinos combinado aquela estratégia, para ganharem algum tempo e conseguirem colocar em segurança a Família Real e estabelecer o governo português no Brasil. Só que Napoleão não se deixara iludir por aquela manobra política dos dois antigos aliados e não recuara nos seus intentos.

— Foi uma tática para tentarmos impedir a invasão. Inglaterra aceitava o fecho dos portos portugueses aos seus navios desde que o território português não fosse invadido por franceses ou espanhóis e ofereceu-nos os serviços da sua esquadra para transportar a Família Real para o Brasil, caso assim decidíssemos... Mas, infelizmente, o maldito não acreditou nas minhas intenções...

Com a posterior declaração de guerra de França contra Portugal o clima em Portugal tornou-se ainda mais desesperante e aflitivo. Tentando ainda evitar a invasão, a conselho de D. Lourenço de Lima, de que estava convencido que dessa maneira evitariam a invasão, ardilosamente D. João, em 30 de Outubro, declarou ir proceder ao cumprimento do Bloqueio Continental. A 8 de Novembro decretara o encerramento dos portos a Inglaterra, ordenando a expulsão dos ingleses residentes em Portugal e entregando os seus passaportes ao Lorde Strangford, e o confisco dos seus bens. Mas, secretamente, com a intenção de indemnizar os súbditos ingleses dessas perdas.

— De nada me valeu a humilhação de voltar com a palavra atrás e cometer tal baixeza contra os súbditos ingleses... — observou D. João, com tristeza.

— Não vos condeneis, meu filho. Napoleão já estava decidido a invadir Portugal. O ultimato foi apenas uma desculpa.

— É o que eu penso também. Esperançoso, pensava ganhar mais algum tempo, mas não valeu de nada. Inevitavelmente, Portugal vai ser invadido...

— Que Deus tenha piedade dos portugueses!

CAPÍTULO 4

Fronteira luso-espanhola, Novembro de 1807.

O exército da Gironda, na sua maioria recrutas, liderado por Jean-Andoché Junot, saíra de Bayonne dividido em três divisões, comandadas pelos generais Delaborde, Loison e Travot.

Atravessara o território espanhol e embora o governo vizinho tivesse prometido que nada faltaria ao exército, este passara várias provações, nomeadamente a fome. Muitos soldados morreram pelo caminho, doentes, afogados na passagem de caudalosos rios, caindo em abismos, perdendo-se dos companheiros, sujeitos às chuvas torrenciais que se faziam sentir. Foram acossados por uma tempestade impiedosa.

O general Junot atravessava grandes dificuldades.

Ao juntar-se, a 17 de Novembro, em Alcantâra, ao regimento espanhol comandado pelo tenente-general D. João Carrafa, Junot já perdera quatro ou cinco mil homens, alguns perdidos por aqueles caminhos rudes e desfiladeiros acidentados. A maior parte da artilharia ficara para trás, assim como as munições, e a cavalaria ia a pé. Naquela cidade se separaram ambos os exércitos, seguindo os franceses pela margem direita do Tejo e os espanhóis pela esquerda.

Em Tui também já se concentravam as forças do tenente-general D. Francisco Taranco, com a missão de ocupar as províncias de Entre Douro e Minho e tomar a cidade do Porto para o rei de Castela. E em Badajoz já estava reunido igualmente o exército comandado pelo tenente-general D. Francisco Solano, que iria tomar o Alentejo e o Algarve para o traíçoeiro *Príncipe da Paz*.

A projectada invasão iria começar em força.

Apesar de em Alcântara o general Junot ter conseguido que alguns dos seus soldados matassem alguma fome e que renovassem o calçado, que estava em mísero estado, devido aos caminhos impraticáveis por onde foram obrigados a andar, a marcha em direcção a Portugal afigurava-se-lhe tão ou mais tormentosa ainda do que a que tinham sofrido em território espanhol.

Abandonando um dos seus corpos de exército em Alcântara com o fim de esperar pelos mais atrasados e depois marchar para Lisboa, Junot partiu daquela cidade com os seus soldados pelos caminhos pedregosos da Beira.

Aquela marcha forçada na Península Ibérica estava a revelar-se um verdadeiro inferno. A Natureza rigorosa parecia rebelar-se contra aquele invencível exército, perseguindo-o com vento terrível, chuva torrencial, neve persistente e rios tempestuosos, como se desejasse fazer o que os homens não faziam. Proteger Portugal dos invasores.

Por onde passavam, saqueavam, arrasavam, incendiavam, violentavam, enfurecidos pelo que continuavam a sofrer naquela marcha acelerada em que quase não paravam para descansar, revoltando-se contra Portugal e os portugueses, como se fossem eles os culpados das suas vicissitudes e não o megalómano imperador a quem obedeciam cegamente.

Em Castelo Branco fizeram grandes estragos, para desolação da população.

Junot finalmente chegou a Abrantes no dia 24 de Novembro com cerca de cinco mil homens num estado absolutamente lastimável, doentes, meio mortos de cansaço, desmoralizados, descalços, muito brancos, quase como fantasmas. Os mosquetes estavam inutilizados, pois haviam servido de cajado por aqueles trilhos difíceis e quase impraticáveis que tinham percorrido em marchas forçadas, dia após dia, quase sem descanso, pois para Junot era urgente chegar a Lisboa o mais rápido possível, a tempo de impedir que a família real fugisse da capital. O general precisava de colocar as mãos no príncipe regente e aprisioná-lo a ele e a toda a família. Era primordial não deixar escapar D. João para poder depois obrigá-lo a depor. Era desejo imperioso de Bonaparte aniquilar a Casa de Bragança em Portugal, tal como havia sido feito com os Bourbons em França.

O povo português olhava estupefacto para o exército do invencível Napoleão Bonaparte que queria tornar-se imperador do mundo; um exército descalço e roto, pálido e fatigado, meio morto e desarmado. Um bando de gente bem liderada teria dado cabo dele se quisesse...

Mas as ordens do príncipe regente eram que ninguém estorvasse o passo dos invasores... Infelizmente...

Em Abrantes descansaram só o tempo necessário para se recomporem,

tratando de confiscar todo o calçado que havia, não só nessa cidade, mas nos arredores também, descalçando os próprios habitantes, perante o seu horror e indignação, e obrigando os sapateiros a confeccioná-los o mais rapidamente possível, pois o general queria partir no dia seguinte para Lisboa. Repararam-se as armas e ajeitaram-se os uniformes, para ficarem num estado mais apresentável, enviaram-se transportes à retaguarda para recolherem os soldados mais fatigados que haviam ficado pelo caminho, praticando as pilhagens descaradas do costume.

No dia 25 de Novembro, com cerca de quatro mil soldados escolhidos a dedo, num estado mais apresentável para fazerem jus à fama e ao prestígio que criaram por toda a Europa, Junot saiu de Abrantes a caminho de Lisboa. Um sorriso de esperança e triunfo bailava-lhe nos lábios. Estava convicto de que iria conseguir cumprir a principal ordem do seu imperador. Aprisionar o príncipe regente e evitar que os tesouros reais de Portugal se fossem numa esquadra para o Brasil. Com alguma sorte, em pouco tempo entraria triunfante e coberto de glória na capital portuguesa.

Infelizmente para o general francês o tempo estava contra ele e a favor de Portugal...

Mal chegaram a Constância²² foi-lhes impossível atravessar o rio Zêzere que, devido às chuvas torrenciais, engrossara extraordinariamente o seu caudal, tornando-se muito perigoso.

Demoraram-se lá dois longos dias, atormentados pela chuva e pelo vento, até que sob fortes ameaças e por pagamento aliciaram alguns marinheiros portugueses mais corajosos a passá-los para o outro lado do rio, demorando imenso tempo nesses preparos devido à corrente abundante que os desviava constantemente do percurso desejado.

Só depois de muitas dificuldades chegaram à Golegã, encontrando outro grande obstáculo para transpor, encolerizando profundamente Junot²³, que teve assomos de fúria. O tempo parecia estar contra ele, dificultando-lhe o trajecto que deveria ser triunfal. O Inverno rigoroso ameaçava seriamente o bom termo do seu serviço.

Uma cheia invadira os campos transformando-os quase num lago e as tropas eram obrigadas a andar dentro de água com muita dificuldade e com os pés escorregando constantemente no lodo, acabando muitos por se desequilibrarem e desaparecerem nas águas, ficando lá para sempre.

²² Na altura chamava-se Punhete.

²³ Junot fora apelidado pelos companheiros com o nome *A Tempestade*, devido não só ao seu feitio tempestuoso, mas também à sua coragem.

Chegou a Santarém no dia 28 sem os quatro mil homens escolhidos com que tinha partido há três dias de Abrantes. Ia deixando para trás cada vez mais homens, além de ter perdido pelo caminho também a cavalaria e a artilharia, mas isso não parecia incomodá-lo, pois não parava, desejoso de chegar ao seu destino final.

Na noite seguinte chegava a Sacavém. O general Delaborde ficara em Santarém tentando juntar o que restava das suas tropas. Mais para trás perdera-se outra coluna e do general Travot não vinham notícias. Mas o general Junot não parou.

Era urgente chegar a Lisboa a tempo de evitar o pior. A fuga do príncipe regente.

CAPÍTULO 5

O dia 27 de Novembro caracterizou-se por uma balbúrdia e agitação incríveis. Aprestavam-se os preparativos para a saída da Família Real para o Brasil e de todos os que os queriam seguir, que era a corte em peso.

O povo fora surpreendido no dia anterior por uma proclamação do príncipe regente dirigida ao reino:

«Vejo que pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e rei de Itália, e que as mesmas se dirigem a esta capital. Querendo eu evitar as funestas consequências que se devem seguir a uma defesa que seria mais nociva do que proveitosa, servindo só para derramar sangue em prejuízo da humanidade, e conhecendo igualmente que a invasão se dirige muito particularmente contra a minha real pessoa e que os meus leais vassallos serão menos inquietados ausentando-me eu deste reino, tenho resolvido em beneficio dos mesmos meus vassallos partir, com a rainha minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os Estados da América, estabelecendo-me na cidade do Rio de Janeiro até à paz geral.»

Aquela informação alarmante de que o príncipe regente e a respectiva família estavam de partida para o Brasil, sendo esta a derradeira medida a tomar perante os últimos acontecimentos, deixara o povo totalmente paralisado. A

proclamação acrescentava ainda também quais os nomes dos homens que compunham o Conselho de Governadores que ficaria a dirigir o país na ausência de D. João e ordenava aos portugueses para não resistirem aos franceses e os receberem como aliados e amigos, evitando assim represálias.

As pessoas olhavam angustiadamente umas para as outras sem quererem acreditar no que estava a acontecer. O príncipe regente abandonava-os à sua sorte. Não compreendiam a extensão daquela decisão e somente sentiam a dor do abandono das pessoas em quem confiavam. Só sabiam que a família real portuguesa fugia para o Brasil, deixando o reino à mercê dos bárbaros franceses. Não bastando isso, o príncipe regente ordenara às tropas e ao povo para não entrarem em guerra com as tropas invasoras, para baixarem os braços e deixarem-se invadir, o que sentidamente revoltou o povo.

Constantemente chegavam a Lisboa notícias deveras inquietantes. O exército invasor já entrara em Portugal!

A esquadra russa continuava fundeada, impossibilitada de sair devido ao bloqueio inglês.

O Tejo estava repleto de embarcações e era um corrupio de gente a carregar bagagens para bordo dos navios, numa confusão impressionante.

Na praça de Belém quase não se conseguia entrar devido à imensidão de gente que por lá se encontrava, acompanhada das suas tralhas, muitas carruagens despejando lá os seus ocupantes. Eram cerca de 15 000 pessoas que iriam deixar o país, os que tinham possibilidade de pagar a viagem. Os que não conseguissem lugar nos navios da esquadra portuguesa seguiam em navios ingleses que os levavam para Inglaterra e depois para o Brasil.

O dia amanhecera sem a chuva torrencial da véspera e as pessoas desviavam-se das muitas poças de água no chão, principalmente as damas que levantavam um pouco os vestidos para não ficarem molhados.

Quando surgiram os coches reais foi um completo desatino. O povo reconheceu o coche onde D. João viajava e correu para ele, angustiado, gritando o seu nome.

D. João saiu para a rua, com o rosto muito pálido e os olhos rodeados de profundas olheiras, prova de que não dormira. Imediatamente foi envolvido por uma multidão de homens e mulheres desesperados e revoltados.

— Não nos abandoneis, senhor D. João! Não deixeis Portugal! — gritou uma mulher ainda nova, fitando-o com um olhar suplicante, enquanto lhe fazia uma festa na mão.

— Não nos deixeis à mercê dos bárbaros! — gritava outra.

— Não abandoneis vossa pátria que tanto vos ama!

D. João apertava uma a uma as mãos que se lhe estendiam, abraçando também alguns, com as lágrimas correndo-lhe pelo rosto.

— Tenho de partir, meus filhos, senão o tirano leva-me como prisioneiro para algum cárcere de França! A mim e aos meus filhos! Não vêem que para mim também é um grande sacrifício separar-me de vós? Eu não queria, e Deus é minha testemunha, mas o dever assim me obriga!

— O povo vos protegerá, meu senhor! Deixai que o povo vos proteja! Nós daremos conta dos malditos jacobinos! — bradou um homem, agitando um punho cerrado com firmeza.

— Esses excomungados! — gritou outra voz por entre a multidão.

D. João olhou-os, amargurado.

— Nós vos protegeremos, senhor!

— Não, meus filhos, o meu dever é evitar que se derrame o sangue inocente dos portugueses e por isso acalmai-vos e não atenteis contra os franceses. Não lhes deis razões de queixa contra vós!

— Malditos sejam os jacobinos e os ingleses também! — gritava uma voz roufenha.

— Não partais, senhor D. João! Não vos aparteis do vosso povo que tanto vos ama! — pedia outra mulher, com um ar implorativo, com uma criança pequena escarranchada na anca.

D. João tentava afastar-se para o cais, mas o povo era tanto que não o deixava, mortificando-o ainda mais.

— Deixai-me partir, meus filhos. Levo-vos no meu coração despedaçado por ter de fazer isto. Se eu pudesse, levava-vos a todos comigo... Juro por Deus! Mas não posso, para mal dos meus pecados. Se pudesse, ficava convosco, mas não é possível! Tenho de pensar no bem maior, os deveres de príncipe regente a isso me obrigam, mal de mim!

— Ficai com o vosso povo, príncipe! Não nos abandoneis aos jacobinos!

D. João continuava sem conseguir avançar, ao mesmo tempo que o seu carácter bondoso e pacífico o fazia demonstrar os seus sentimentos pelo povo, não cessando de abraçar e apertar as mãos de todos aqueles que estavam perto dele, emocionando-os também.

— Por Deus, deixai-me partir! Tenho o coração despedaçado de tanta dor. Estarão sempre no meu pensamento e rezarei sempre por todos vós!

Finalmente e com a ajuda de alguns militares lá embarcou, ficando de olhos fixos no povo, amargurado.

— VIVA D. JOÃO! VIVA O PRÍNCIPE REGENTE!

— VIVA O PRÍNCIPE REGENTE!

D. João enterneceu-se e respirou fundo, profundamente emocionado com aquela demonstração de afecto.

Por momentos teve o impulso de desembarcar e ficar ao lado daquele povo leal e nobre que sentia que abandonava e enfrentar com ele a invasão, combatendo da forma que lhe fosse possível o inimigo, mas logo a fria lógica e o medo de ser aprisionado, e com isso Portugal ficar definitivamente destruído, além das muitas mortes que iriam dar-se com o sangrento confronto, o fizeram estremecer. Sentia-se mais próximo daquele povo simples e verdadeiro do que da corte que o iria acompanhar, fútil e falsa. Se lhe tivesse sido dado a escolher levaria o povo e a sua família, deixando de fora a corte e a princesa Carlota Joaquina. Seria um bom castigo para Napoleão, com certeza.

Entretanto, as outras carruagens haviam chegado também com o resto da família real. Carlota Joaquina fora apupada pelo povo, insolentemente, mas as vozes calaram-se logo ao verem descer a rainha D. Maria, que não era já vista pelo povo há cerca de 16 anos.

Esta parecera ficar apavorada ao ver tanta gente e fizera tenção de voltar a correr para trás, na direcção do seu palácio, sendo impedida pelas damas de companhia.

— Deixai-me! Quero voltar para o meu palácio! Quero ficar em Portugal!

— Tendes de partir. Os jacobinos estão a chegar — respondera-lhe uma dama.

A rainha olhara para ela sem esconder a sua indignação.

— Mas então vamo-nos embora sem haver um único combate? Sem disparar um só tiro? Vamos fugidos de Portugal?

— Tendes de ficar fora do alcance de Napoleão, senão correreis todos o risco de serdes aprisionados pelas suas tropas.

A rainha estremecera e olhara em volta, com os olhos cheios de lágrimas, fitando todos aqueles rostos que se fixavam nela com profundo respeito.

Acabou por embarcar na nau *Príncipe Real*, onde viajaria com o filho e o neto de nove anos, D. Pedro de Alcântara.

Só no dia 29 a esquadra pôde zarpar do porto de Lisboa, pois nos dois dias anteriores desabara um temporal que impedira a partida das naus, desassossegando verdadeiramente os fugitivos, pois notícias inquietantes chegavam diariamente. Os franceses já tinham entrado em Portugal. Tinha chegado a Abrantes. Vinham a caminho de Lisboa decididos a aprisionar a Família Real.

Receavam também que o almirante Seniavin decidisse interferir na partida.

Finalmente o vento amainara, permitindo que a esquadra zarpasse, protegida e escoltada pelos navios britânicos.

A rainha D. Maria olhava para terra, talvez receosa de não voltar a ver a sua pátria.

D. Pedro de Alcântara apertava a mão de seu pai com força, sem tirar os olhos das figuras que iam ficando cada vez mais pequeninas.

— Meu pai, vamos embora mesmo...?

D. João baixou a cabeça para fixar aqueles olhos vivos que o fitavam com alguma tristeza e espanto também.

— Infelizmente, meu filho... Só assim poderei proteger o reino que um dia, se Deus quiser, virá a ser teu. Que Deus me perdoe!

O povo, atônito e quase em estado de choque, via partir diante dos seus olhos a esquadra, levando a Rainha, o príncipe regente e todos os seus filhos e o resto da família, juntamente com os ministros, magistrados e cortesãos. Lisboa parecia ter ficado deserta.

Sentiram um tremendo aperto no peito.

Uma sensação de profundo abandono tomou toda aquela gente, ficando a ver os navios afastando-se, com os olhos marejados de lágrimas. Todos se iam e deixavam-nos para trás, à mercê do inimigo que já estava às portas de Lisboa.

Estavam sozinhos!

CAPÍTULO 6

No dia 30 de Novembro, às nove horas da manhã, debaixo da chuva intensa e do vento cortante que se fazia sentir, o general Junot entrou triunfante em Lisboa, escoltado pela Guarda Real da Polícia.

O ar de triunfo só lhe desapareceu do rosto quando viu a expressão contrariada de um homem de estatura mediana, cabelos e olhos escuros, que foi ao seu encontro. O conde de Novuion, comandante da Guarda Real da Polícia²⁴.

A Guarda Real da Polícia era considerada na altura um corpo de elite, formada pelos melhores soldados do exército, não só pela sua coragem e bravura, mas pela sua irrepreensível conduta. Estava responsável pela segurança interna de Lisboa. Apesar da partida do príncipe regente para o Brasil, ficara em Lisboa,

²⁴ Criada em 10 de Dezembro de 1801, subordinada ao Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino, que até 1803 foi o célebre Pina Manique, o seu primeiro comandante, nomeado no mesmo dia da fundação da Guarda, foi o coronel francês emigrado, conde de Novuion.

permanecendo em funções, comandada pelo coronel Nouvion. Fora incumbida de acompanhar o general francês de Sacavém até à capital.

— E o príncipe? Onde está ele? — perguntou Junot, com a voz tremendo de ansiedade.

O conde de Nouvion apertou os lábios.

— Escapou ontem, general, infelizmente.

Uma onda de profunda raiva invadiu Junot. A presa escapara-se-lhe por entre os dedos, mais concretamente os dedos do seu imperador que não iria ficar nada satisfeito com o sucedido...

— *MERDE!*

— Embarcaram no dia 27, ficando retidos devido a um temporal, e só ontem tiveram vento favorável para zarpar. Se tivesse chegado umas horas mais cedo...

— *MERDE! MERDE! MERDE!* — gritou Junot, profundamente desorientado. Fixou o mar, tentando certificar-se se as velas dos navios ainda estavam à vista, mas não conseguiu ver nada.

Ainda correu para o Forte de S. Julião da Barra, avistando muito ao longe, na linha do horizonte, muitos navios exibindo a bandeira portuguesa, escoltados por alguns da esquadra inglesa, igualmente ostentando a sua bandeira.

— *MALÉDICTION! MERDE!*

Teve um forte acesso de raiva e mandou os canhões dispararem, apesar de saber que à distância a que os navios se encontravam era impossível acertar-lhes. As balas foram cair no mar, bem longe das duas esquadras aliadas.

Os seus tiros de canhão foram alegremente devolvidos pelas esquadras portuguesa e inglesa, num gesto que para o arrogante general foi tomado como a maior insolência e humilhação que lhe podiam fazer. Depois, ainda mais furioso ficou ao perceber que os dois velhos aliados se saudavam, através de salvas de canhão.

— *Maudits! Canailles!*

No entanto, Junot não se deixou derrubar por aquele inesperado contratempo e, a pouco e pouco, controlou a raiva e a revolta que quase lhe estrangulavam a garganta.

Fixou rancorosamente os navios russos.

— Já tinha sido informado que a esquadra russa se encontrava fundeada neste porto... Esses infelizes nada fizeram para evitar a fuga?

O conde de Nouvion acenou negativamente com a cabeça.

— *Non*, general. Nada fizeram.

— *MERDE!* O imperador irá gostar de saber disso...

Por fim, já mais calmo, Junot voltou para junto das tropas, emproado como um pavão.

A guarnição da esquadra russa observara, apreensiva, a troca de balas e o seu almirante fixava, de pé, com as mãos atrás das costas, o local onde o general Junot desaparecera. Antevia problemas sérios com a chegada daquele homem, pois sabia que era um dos homens de confiança de Bonaparte. Não tardaria muito para ir informar o imperador que a esquadra russa nada fizera para contrariar a fuga da família real portuguesa.

Os portugueses assistiram à invasão, revoltados, impotentes, assombrados ao verem aqueles soldados completamente encharcados, muito pálidos, extremamente fatigados, rotos, quase descalços, muitos a coxear, a desfilar em frente deles, umas tropas tão fracas que bastaria que os atacassem com paus para os deitarem abaixo, tal a extrema fraqueza em que todos se encontravam.

Se o rei em vez de sair do país tivesse incitado à rebelião contra os invasores tudo teria sido bem diferente. Perder-se-iam muitas vidas, com certeza, mas o inimigo pensaria duas vezes antes de invadir novamente Portugal.

Já nessa manhã a população havia sido desagradavelmente surpreendida por uma proclamação do general invasor, afixada por toda Lisboa, mesmo antes deste chegar à capital:

«O governador de Paris, primeiro ajudante-de-campo de sua majestade o imperador dos Franceses e rei de Itália, general em chefe, grã-cruz da Ordem de Cristo nestes reinos. Habitantes de Lisboa. O meu exército vai entrar na vossa cidade. Eu vim salvar o vosso porto e o vosso príncipe da influência maligna da Inglaterra. Mas este príncipe, aliás respeitável pelas suas virtudes, deixou-se arrastar pelos conselheiros pérfidos de que era cercado, para ser por eles entregue aos seus inimigos; atreveram-se a assustá-lo, quanto à segurança pessoal; os seus vassalos não foram tidos em conta alguma, e os vossos interesses foram sacrificados à cobardia de uns poucos cortesãos. Moradores de Lisboa, vivei sossegados em vossas casas; não receeis coisa alguma do meu exército, nem de mim; os nossos inimigos e os malvados somente devem temer-nos. O grande Napoleão, meu amo, envia-me para vos proteger, e eu vos protegerei. — Junot.»²⁵

Um jovem de 26 anos, com a farda da Guarda Real da Polícia estava parado diante do edital. Era alto, atlético, cabelos castanhos, olhos azuis e lábios carnudos, rosto simpático, com uma covinha no queixo.

— Continuai, por Deus! Lede em voz alta para os que não sabem ler fica-

²⁵ Ver Mário Domingues, *Junot em Portugal*, pág. 223.

rem a saber o que está aí escrito — pediu uma velha, olhando ansiosa para o edital.

Rodrigo Galveias, tentando controlar a repugnância que sentia, leu em voz alta e pausada, para dar hipótese a que todos entendessem bem a mensagem que lá estava escrita.

O seu rosto, ao acabar de ler aquele texto afectado e arrogante, demonstrava uma tristeza e uma revolta profundas e os olhos estavam húmidos.

Diante dele, as pessoas que se amontoavam para ouvi-lo comungavam do mesmo sentimento arrasador.

Os franceses tomavam a capital de Portugal sem uma batalha travada, sem uma única bala disparada...

A invasão francesa começara...

CAPÍTULO 7

Nazareth, Dezembro de 1807...

A pequena povoação do Sítio da Nazareth, visitada por milhares de peregrinos levados pela sua grande fé na pequena imagem de Nossa Senhora de Nazareth²⁶, acordou em sobressalto.

Muita gente, ouvindo gritos, acorreu às janelas, espreitando a medo, lembrando-se daqueles outros tempos pavorosos de que ouviam os mais velhos falar em que os habitantes acordavam alarmados, soterrados pelas areias arrastadas pelos ventos fortes do norte e do nordeste e eram forçados a rebentar os telhados, para poderem sair de casa.

A povoação estivera quase inteiramente enterrada pela areia, ficando as fontes e a maioria dos seus edifícios de tal maneira cobertos por ela que muitos possuindo dois andares ficaram apenas com um, e outros que possuindo um se tornaram térreos.

Temendo-se que em pouco tempo a povoação fosse totalmente engolida pelas areias, fora construída em redor do Sítio uma muralha forte para deter a corrente das areias vindas da praia do Norte.

Só que a solução revelara-se insuficiente. Em apenas 11 anos acumulara-se tanta areia sobre a muralha que submergira por completo muitas casas.

²⁶ A origem do nome deve-se ao facto de ser o lugar, o *sítio*, onde a imagem foi descoberta por D. Fuas Roupinho, alcaide do Castelo de Porto de Mós, em 1182.

Para impedir tal calamidade, alguém tivera a brilhante ideia de semear pinhais em volta do Sítio, revelando-se a opção mais correcta.

Iam já bem longínquos aqueles infelizes tempos de 1750 em que os habitantes viviam sob a constante ameaça de serem enterrados vivos.

Mas naquele dia o motivo era bem diferente...

Na rua, corriam muitas pessoas, homens e mulheres de todas as idades, de um lado para o outro, absolutamente apavorados, muitos aos gritos.

De repente, um grito tornou-se mais audível conforme a voz se aproximava.

— VÊM AÍ OS FRANCESES! VÊM AÍ OS FRANCESES!

O susto e o terror tomaram toda a gente. Algumas pessoas saíram para a rua em pânico, enquanto outras se fechavam em casa, não sabendo muito bem como agir perante as circunstâncias.

Uma jovem de 16 anos, bonita, de cabelos castanhos e olhos verdes, baixa e magra, afastou a cortina de chita branca com florinhas vermelhas e espreitou a medo para a rua.

Duas meninas, uma de seis e outra de dez anos, correram para ela, assustadas.

Naquele momento, a jovem viu surgir, no Terreiro do Sítio, um destacamento de cerca de 50 homens, fardados de azul. Vinham armados com os mosquetes, em cuja ponta surgia, ameaçadoramente, a baioneta.

Engoliu em seco, sentindo o coração aos pulos dentro do peito, como se quisesse saltar para fora.

A irmãzita de seis anos agarrou-se às suas pernas, também assustada embora sem saber bem porquê.

— Maria, Maria, quem são? — perguntou a mais velha, espreitando a medo para a rua.

A jovem pegou na pequenita ao colo, tentando acalmá-la. As duas espreitaram por entre a cortina, de olhos arregalados.

— São soldados²⁷...

A pequenita estremeceu e colocou ambas as mãos nas faces da irmã para a obrigar a olhá-la.

— Soldados? E vêm-nes fazer mal...? — perguntou, com os olhos arregalados de medo.

²⁷ De modo a que o leitor não familiarizado com o linguajar nazareno o possa entender melhor, refira-se, por exemplo, que o «o» final é sistematicamente substituído por um «e» mudo em palavras como «moço»/«moce», «risco»/«risque», «saco»/«saque», «soldado(s)»/«soldade(s)», «fraco(s)»/«fraque(s)», «pouco(s)»/«pouque(s)», «faço»/«face», «digo»/«digue», «comigo»/«comigue»; poderão ainda ocorrer alterações do género «ordinário(s)»/«ordinare(s)» e «estrangeiros»/«estrangêres», entre outras.

Maria dos Anjos deu-lhe um beijo repenicado na bochecha corada.

— Não, na t' ap'quentes, Marianinha. Na nes fazem mal.

A pequenita desviou os olhos para a rua.

— Na goste deles! Manda-os ir em'ora!

— Chiu! Fica calada...

A divisão francesa parou, silenciosa, de olhos fixos num oficial de ar arrogante, esperando as suas ordens.

Já muito povo se encontrava por lá, olhando-os entre desconfiados e atemorizados, muitos deles com desejo de os desancar pelo atrevimento.

Uma mulher de 60 anos, rosto moreno e olhar muito vivo, fixava-os com um ar severo, parecendo com uma vontade enorme de lhes saltar em cima e apertar-lhes o pescoço furiosamente. Olhava para eles quase em desafio.

— Sempr' é verdad' atão q' os maldites invadiram o nosse rêne, t' Joana!...

— comentou ao lado dela um homem de 31 anos, com um ar muito sério. Era de compleição forte, olhos verdes e cabelos castanhos-escuros, rosto queimado pelo sol, másculo e atraente.

Ela deitou-lhe um olhar triste.

— É verdade, Tónhe. P'ra mal dos nesses pecades... Esses coirões desgraçadas invadiram-nes. Mar os assombrasse!

— São tã mocés, na são? Parecem fraques... — observou António, fixando as mãos deles segurando as armas e depois olhando distraído para as suas, grandes e fortes, habituadas ao trabalho árduo de pescador. Tinha a certeza de que conseguiria desarmar alguns com a maior das facilidades e deitá-los por terra e só com as suas próprias mãos...

Joana da Estopa teve um sorriso malicioso.

— Tamém percebest' isse, na foi? Se quisésemes, dávames cabe deles. São poucos... Inté eu era capaz de dar conta d' alguns...

António Enjeitado deu uma gargalhada, sobressaltando quem estava em seu redor, sobretudo os soldados que lhe deitaram um olhar inquieto, intimidados com o seu aspecto robusto.

Ainda lhes estava bem presente as vicissitudes que tinham sofrido todas aquelas semanas, desde que tinham partido de Bayonne e atravessado território espanhol e português, vendo muitos dos companheiros ficarem pelo caminho, ou afogados, ou caídos em despenhadeiros, ou doentes e moribundos, sempre com receio de a todo o momento lhes surgirem soldados portugueses e os estraçalharem pelo atrevimento e a audácia de lhes invadirem o país. Os soldados franceses desconheciam totalmente, não só as ordens do príncipe regente de Portugal para não os molestarem, como o estado lastimoso em que se

encontrava o exército português, senão não precisariam de andar sempre com tanto receio de serem atacados inesperadamente.

O comandante fitou com arrogância António, mas este não desviou o olhar, antes pelo contrário, sustentou-o com firmeza e foi o oficial que o desviou na direcção em que via surgir um idoso vestido com as batinas dos padres, descendo a escadaria da igreja e dirigindo-se para lá lentamente.

Naquele momento uma jovem de 29 anos aproximou-se de Joana e de António, com uma criança de seis anos escarranchada na anca. Era muito bonita, tez clara, lábios vermelhos e cheios, olhos verdes e cabelos negros que espreitavam por debaixo de um lenço grená. De estatura média, muito bem feita, de formas arredondadas, curvas bem pronunciadas e busto generoso, atraindo com a maior facilidade os olhares masculinos.

Vários soldados franceses deitaram-lhe um olhar de admiração, para logo desviarem os olhos para o oficial, com receio dele.

— Já viste bem a desfaçatez destes patifes, Ana Lezindra? Aparecerem aqui assim, armades? Estes coirões?

A jovem fez um aceno afirmativo com a cabeça, um pouco corada. Sentia-se revoltada por dentro também e, ao mesmo tempo, assustada.

— É atão verdade...? São os franceses...

Não foi preciso ninguém lhe responder, nem ela assim o esperava, pois fora somente um desabafo.

Um rapaz de 17 anos, magro e franzino, com um ar assustado aproximou-se também, esbaforido, e António virou-se para ele.

— Que vêm eles cá fazer, António? — perguntou, com a voz a tremer.

António franziu a testa, furioso.

— Invadir-nos. Que mais pedia ser, José? Maldites!

O rapaz estremeceu e fixou sobressaltado todas aquelas figuras ameaçadoras de armas nas mãos.

O oficial olhou em volta com ar arrogante.

— Sou o comandante deste destacamento e trago ordens do general em chefe do exército de sua Majestade Imperial, Junot, para vir guarnecer o Forte de S. Miguel.

Na altura o Forte de São Miguel Arcanjo, cujo poder de fogo era somente o de sete peças de artilharia de bronze de grosso calibre, mantinha ainda uma guarda de soldados inválidos.

— Que vontade de dar um mures nas trombas daquele cabrão do oficial português que se vendeu aos franceses... Eu partia-lhe aqueles cornes com sasteção! — resmungou António, por entredentes. Não era um homem muito

paciente, mas tinha bom coração. Fora abandonado à porta do Hospital da Real Caridade de Lisboa, razão por que se chamava Enjeitado.

Joana segurou-lhe o braço com força.

— Tem calma, filhe! Na te desgraces a ti nem à tu família! Lembra-te da tu' Rosa Maria e dos tês filhes...

António engoliu a custo a raiva que lhe oprimia a garganta e o fazia ter ganas de deitar as mãos ao pescoço daquele oficial.

— Sei que o forte mantém uma pequena guarnição de soldados veteranos, mas esta irá ser enviada para a praça de Cascais e aí esperará novas ordens — prosseguiu o oficial português. — Pedimos comedimento ao povo e calma, pois vimos em paz. As nossas ordens são de proteger este lugar das possíveis investidas dos tiranos dos mares, os ingleses.

As pessoas entreolharam-se, quase sufocadas. Não auguravam nada de bom. Apesar de os soldados serem todos muito jovens, quase imberbes, aquilo afigurava-se-lhes de mau presságio. O inimigo havia chegado.

O oficial fixou os olhos noutro homem de batina com ar muito sério que o olhava fixamente, mas sem demonstrar a mínima emoção.

— Sou o reverendo António Joaquim da Silva. O pastor destas boas almas q'habitam nesta santa terra, terra de gente pacífica, trabalhadora e temente a Deus.

O oficial malcriadamente ignorou o clérigo e olhou em volta em busca de alguém mais importante.

— Quem é o responsável pela povoação?

Um homem alto e forte, de meia-idade, surgiu naquele momento em passo apressado, compondo ainda o casaco.

— Sou o capitão deste l'gar, José Vitorine da Rosa.

O oficial deitou-lhe um olhar de alto a baixo.

— Vim tomar o Forte de S. Miguel e por enquanto as minhas tropas ficarão aquarteladas nas casas dos habitantes. Acho que é desnecessário dizer que espero que os meus soldados sejam bem tratados.

As pessoas entreolharam-se, sobressaltadas. Aquela informação não podia deixá-las mais desagradadas. Não bastava serem invadidas por estrangeiros, ainda por cima eram obrigadas a dar-lhes alojamento e alimentação.

O oficial olhou em seu redor, consciente do descontentamento que as suas palavras haviam provocado.

— Vimos em paz e não pretendemos interferir com o povo deste sítio. Mas aviso já que não admitimos a menor provocação — avisou, com ar severo, ao mesmo tempo que fazia sinal a dois soldados que saíram da forma e se dirigiram para as casas.

Para espanto dos habitantes, iam escrevendo números a giz nas portas de madeira, destinando cada casa a um determinado soldado.

— Podeis recolher-vos às vossas casas em paz. Está apenas nas vossas mãos o bom relacionamento das tropas com os habitantes deste lugar.

Pouco depois o povo começou a dispersar, formando-se alguns grupinhos, toda a gente comentando a mesma coisa. A chegada dos invasores. Depois encaminharam-se para as suas casas, ficando à porta, ainda atordoados com os recentes acontecimentos.

Enquanto isso, um dos sargentos atribuía as casas aos soldados.

Um soldado olhava alarmado para a casa que lhe fora destinada, estremeendo ao ver a mulher que lá se encontrava à entrada, com um ar nada amistoso.

Deu uma cotovelada ao companheiro do lado.

— Antoine, troca comigo! — pediu, baixinho. Era um rapaz de 18 anos, cabelo castanho fino e olhos castanhos assustados.

Antoine fixou-o, admirado. Era tão jovem como ele, mas com um ar mais duro, apesar de serem da mesma altura e compleição. Depois fitou a casa e a pessoa que lá se encontrava.

— *Non! Non*, Jean-Pierre! Não gosto da velha! Parece que nos quer matar! Há pouco quando nos olhou até senti um calafrio na espinha. Os seus olhos até parecia que me trespassavam!...

— Anda lá, Antoine! — pediu o jovem, suplicante. — Faz-me esse favor!

— *Non!* Não a quero como minha senhoria!

Jean-Pierre virou-se para o companheiro do lado.

— Troca comigo de casa, Henri!

— Porquê?

— Porque sim!

O sargento deu-lhes uma ordem e eles dirigiram-se às casas.

Jean-Pierre fez um sorriso forçado ao olhar para Joana da Estopa que estava no limiar da porta, de punhos nas ancas em flagrante ar de provocação. Deitou-lhe um tal olhar raivoso que fez o rapaz estremecer de susto.

— *Excusez-moi, Madame* — disse, humildemente, à entrada.

— Eu dou-te a madame, mar t'abrasasse²⁸ — resmungou a mulher, ainda mais carrancuda.

Jean-Pierre não percebeu nada e ainda com mais má impressão ficou, engolindo em seco.

Entrou a medo na casa de aspecto muito aseado e simples. A divisão estava

²⁸ “Mar te abrasasse”. O mesmo que «Mar te assombrasse». Nas pragas nazarenas o mar é tão poderoso que chega até a queimar e a assombrar pessoas.

dividida em duas por uma cortina às flores. Um grande lar²⁹, uma mesinha baixa, uma esteira, um cântaro, um pote e várias panelas. Para seu espanto não viu nenhum banco à vista.

Tentou sorrir, mas não conseguiu. Pela sua mente passou alguma saudade dos imensos tormentos que havia sofrido durante aquelas marchas forçadas até Lisboa. Agora à vista daquela experiência pareciam-lhe pequenos comparados com a raiva que aquela paisana³⁰ sentia por ele por ter invadido o seu país...

Antoine, infelizmente, não teve melhor sorte. António Enjeitado carregou o sobrolho ao vê-lo diante de si, provocando-lhe um calafrio de medo. O jovem, inconscientemente fixou as mãos dele e teve novo arrepio, imaginando-as em redor do seu pescoço quando estivesse ferrado a dormir. Engoliu em seco, atemorizado, arrependendo-se de não ter aceite trocar de casa com o companheiro.

O oficial português ficou instalado na casa do reverendo António Joaquim da Silva, enquanto os seus soldados se aquartelaram nas casas vizinhas que lhes haviam sido destinadas, para incómodo dos seus moradores que nada podiam fazer para o evitar.

Os franceses tinham chegado à Nazareth.

²⁹ Lugar onde se acendia o lume na cozinha.

³⁰ *Paisana* (o, os) eram palavras muito utilizadas na época, referindo-se a pessoas não militares, aos compatriotas, gente simples. Vem do francês *paysan* que significa camponês.